



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

APROVAR OU ENSINAR?

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPRENSA**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 19, 20 e 21/2/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 20/2/10
Assunto: Aprovar ou ensinar?		Página: 28

APROVAR OU ENSINAR?

O Ministério da Educação acaba de criar o Ciclo de Alfabetização e Letramento, que substitui o sistema de ensino seriado e acaba com a reprovação de alunos nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. O objetivo da medida é bem-intencionado: evitar que o insucesso escolar nas séries iniciais continue causando evasão e repetência, com os consequentes prejuízos para a autoestima das crianças. De acordo com o governo, a pesquisa que embasa esta decisão mostra que o país teve, em 2009, um índice de aprovação de 94,9% no primeiro ano, o que significa a reprovação de cinco em cada grupo de cem alunos. O MEC acredita que a aprovação automática facilitará a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade.

Não é, ainda, uma obrigatoriedade. As secretarias de Educação e escolas que não quiserem adotar a recomendação poderão continuar com o sistema seriado, que prevê avaliação ao final de cada ano, com a correspondente promoção ou permanência. Está, portanto, oficializada uma grande dúvida no ensino brasileiro: o que é melhor para o aluno que está ingressando no mundo das letras, o avanço automático ou cobrança de rendimento?

Infelizmente, o governo não apresentou argumentos convincentes para a recomendação adotada. Embora seja lamentável a reprovação de 5% dos aproximadamente 10 milhões de alunos que frequentam o primeiro ano do Ensino Fundamental, o levantamento não aponta as causas do insucesso, que podem oscilar da ausência continuada em sala de aula à incompetência da escola para, efetivamente, ensinar. O que existe de concreto são experiências esparsas de promoção continuada, nem sempre animadoras. Na rede municipal do Rio de Janeiro, por exemplo, a divisão dos nove anos do Ensino Fundamental em três ciclos revelou-se desastrosa. Levantamento feito em 2009 mostrou que 13 mil alunos de 4º e 5º anos precisavam ser realfabetizados e outros 17 mil do 6º ano se encontravam na condição de analfabetos funcionais.

Simplesmente eliminar a reprovação pode passar a ideia de que ninguém precisa se esforçar e que o aprendizado chega ao natural. Pode, também, estigmatizar a avaliação como um processo prejudicial e traumatizante, o que não é correto. O desempenho dos alunos, independentemente do sistema adotado, tem que ser avaliado constantemente, para que os professores e a escola saibam quem está ficando para trás e adotem medidas corretivas antes que o problema se torne irreversível.

Não há fórmula mágica em educação. A mágica é ensinar.



Cabe reconhecer, porém, que existem experiências positivas de promoção automática no ensino brasileiro. E também não pode haver dúvida de que reprovar é sempre pior do que aprovar sem o suficiente aprendizado para a promoção, pois esta segunda possibilidade pelo menos mantém a criança na escola por mais tempo. Mas reprovar ou fingir que a criança aprendeu não podem ser as únicas alternativas. O ideal é eliminar a reprovação ensinando efetivamente os alunos, por meio do comprometimento das autoridades e da escola com a educação e com a realidade das crianças, sem salas de aula superlotadas, com professores preparados, bem remunerados e, também eles, avaliados.

Não há fórmula mágica em educação. A única mágica é ensinar.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 20/02/11
Assunto: Aprovar ou ensinar?		Página: 3

Aprovar ou ensinar?

O MEC criou o Ciclo de Alfabetização e Letramento, que acaba com a reprovação de alunos nos três primeiros anos do ensino fundamental. O objetivo é bem-intencionado: evitar que o insucesso escolar nas séries iniciais cause evasão e repetência, com os consequentes prejuízos à autoestima das crianças. Segundo o governo, a pesquisa que embasa a decisão mostra que o País teve em 2009 um índice de aprovação de 94,9% no primeiro ano: a reprovação de cinco a cada grupo de cem alunos. O MEC acredita que a aprovação automática facilitará a alfabetização de todas as crianças até os oito anos.

Não é, ainda, uma obrigatoriedade. As secretarias de Educação que não quiserem adotar a recomendação poderão continuar no sistema antigo. Está, portanto, oficializada uma dúvida no ensino brasileiro: o que é melhor ao aluno, o avanço automático ou cobrança de rendimento?

Simplemente eliminar a reprovação pode passar a ideia de que ninguém precisa se esforçar e que o aprendizado chega ao natural. Pode, também, estigmatizar a avaliação como um processo prejudicial e traumatizante, o que não é correto. O desempenho dos alunos, independentemente do sistema adotado, tem que ser avaliado constantemente, para que os professores e a escola saibam quem está ficando para trás e adotem medidas corretivas antes que o problema se torne irreversível. Não há fórmula mágica em educação. A mágica é ensinar.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 20/2/10
Assunto: Escolas		Página: 60

• **Escolas**

Quando nossas escolas e nossos professores, que têm a função principal de formar intelectualmente nossas crianças, tornam-se reféns de um modelo que protege pais ausentes, mal-educados e descompromissados, já passou da hora de firmarmos regras firmes nas escolas com direitos e, principalmente, deveres, blindando-as destes desmandos. Escola não é pai e nem mãe.

Dalton Heros Mallucelli Jr.
Florianópolis

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 21/2/10
Assunto: Educação		Página: 28

Educação

Com todos os problemas que enfrentamos logo no início do ano letivo e o esforço que fazemos dentro da escola para manter a ordem e a disciplina, impomos simples regras como o uso do uniforme, por exemplo. Mas temos que aturar a ira de alguns pais que querem impor suas próprias regras. Em um destes casos, uma mãe reclamou à gerência de educação, dizendo que a escola onde seu filho estuda, em São Francisco do Sul, estava exigindo o uso do uniforme. A gerência prontamente ligou para a escola, criticando. O que falta para estes técnicos de educação é comparecer nas escolas e vivenciar a realidade e não compactuar com caprichos dos pais.

Marcelo Roberto Vieira Braga

São Francisco do Sul



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Leitor	data: 21/02/2011
Assunto: Educação em crise		Página: 22

E-MAILS E CARTAS

Educação em crise

Gostaria de parabenizar a diretora da Escola Estadual Padre Anchieta, na Agrônômica, pela sua postura honrosa em falar publicamente da situação crítica da educação nas escolas públicas de Santa Catarina, afetadas pela falta de estrutura adequada e principalmente de professores. Também merece destaque que o governo fechou três escolas estaduais no Centro de Florianópolis nos últimos cinco anos, à revelia da sociedade, sendo que grande parte da demanda foi transferida para o Instituto Estadual de Educação. Na contramão da história, o atual secretário de Turismo de Florianópolis, o professor Márcio de Souza, propõe implantar uma faculdade no IEE. Entretanto também este colégio, que já foi modelo para a América Latina, passa por dificuldades que precisam da atenção especial da direção, professores, alunos e pais de alunos, sem esquecer da responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação.

Jair Batista Ramos



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Artigos	Data: 19 e 20/2/10
Assunto: Magistério em crise		Página: 2

Magistério em crise

Início de ano letivo sempre coloca em pauta assuntos corriqueiros. O preço do material escolar que subiu muito, a possível economia na lista de livros, os alertas quanto ao peso das mochilas etc. Mas nos últimos dias, uma notícia assombrou os leitores do Santa: alunos de cidades da região não foram à escola por falta de professores.

Quando entrei no colégio, a grande luta era contra a evasão escolar. Na época dos meus avós, moradores da zona rural, a professora da comunidade ia a todas as casas convidar os pais a matricularem seus filhos, falava da importância do aprendizado. E as pessoas correspondiam, pois o professor era alguém sempre muito estimado no meio social. E os pais ensinavam este respeito aos filhos, que o passavam adiante.

De repente, homens e mulheres passaram a ter pouco tempo em casa e, por causa disso, a missão do professor ficou meio confusa, num misto de ensino e educação, sendo que a última devia ser constituída em casa. E o professor, antes visto como um herói imponente, se viu cobrado pelos mesmos pais que outrora lhe apoiavam. Sentiu a dor da agressão física do aluno, sentiu a dor da desonra moral.

O fato é que, se antes o desafio era trazer os alunos para a escola, o problema passou a ser como manter o professor por lá. Pior do que isso é convencer a juventude de que o magistério é uma profissão que vale a pena. Mas porque deveriam sonhar com a carreira se os próprios mestres, desanimados, muitas vezes desaconselham este caminho?

O aumento do salário dos professores não cobrirá as lacunas deixadas pela evidente desmoralização da classe. A sociedade precisa é ter consciência das dificuldades diárias na rotina do professor e devolver-lhe o respeito. Ao mestre, cabe a tarefa de recobrar aquele brilho dos olhos e ensinar aos seus alunos que a transmissão do conhecimento continua sendo a base de tudo.

CARINA CARBONI|Jornalist



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 19/2/10
Assunto: Limites na Educação		Página: 12

Limites na Educação, por Maria Aparecida Lemos Silva*

Segundo o editorial do DC de 13 de fevereiro de 2011, intitulado Educar é dar limites, está provocando debates nos Estados Unidos o livro escrito pela professora de Direito da Universidade de Yale Amy Chua, que relata os métodos disciplinares rigorosos por ela utilizados na educação de suas duas filhas. Essa mensagem leva a uma séria reflexão. Sobretudo, é preciso compreender o significado da palavra limites. Na família, ou no sistema escolar, se assumida como forma de conduzir o outro somente para determinado rumo imposto, dominador e castrador de potenciais, deixa de significar limites. E passa a significar invasão.

Ao refletirmos sobre educação, sistemática ou assistemática, sobretudo, não podemos nos esquecer de que cada pessoa é um indivíduo, um ser único. Cada ser humano tem origem, história de vida, características próprias. As diferenças individuais são marcantes não só no físico mas na formação, na vivência de cada ser.

No entanto, com a clareza, a palavra orientação não implica dominação. Limites na educação, no ensino, orientação e acompanhamento do processo educacional não podem significar cassação de personalidades.

Então, ao nos depararmos com indivíduos bem dotados e capazes de crescer e contribuir, ou mesmo infradotados, essa orientação só assumirá sentido quando se transformar em estímulo e desafio constantes ao potencial desses indivíduos. Desafio à pessoa para que prossiga questionando o mundo e a sua própria experiência.

Na escola, o estímulo é desafio aos estudos e pesquisas, ao diálogo, à troca de experiência, ao crescimento individual, e no contexto da turma como um todo. O educador pode e deve ensinar e orientar sem se impor, mas mediando. Na verdade, são esses valores que, como “fermento bom na massa”, influenciam a vida dos seres humanos.

* DOUTORA EM EDUCAÇÃO



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 19/02/11
Assunto: Escrever bem é pensar melhor		Página: 28

Opinião

Escrever bem é pensar melhor

Dei boas risadas com um comentário do escritor catarinense Deonísio da Silva no Facebook. Lembrando um episódio ocorrido anos atrás, quando uma emissora de rádio divulgou, precipitadamente, a morte do papa – e, ao tentar se corrigir, no bloco seguinte do programa, fez uma emenda bem pior do que o soneto: “Lamentamos informar que, infelizmente, o papa ainda não morreu”. Deonísio citou o episódio para falar sobre o ato de escrever. “Escrever mal é fácil, pois se escreve sem pensar – quero ver é escrever bem”, postou.

E então, vem à minha mente uma janela de programa de mensagens instantâneas, com um diálogo entre dois jovens: “Aeeee... Sohhhh... Vlw tc ct ontem. Fikei mass. Td blz? Yeah, td na paz i agora mais ada, que vô no chou do Armdinho ca gata akela”.

Já falei sobre isso, mas é algo que me surpreende todos os dias. Por surreal que pareça, diálogos assim são muito mais a regra que a exceção no mundo virtual. Mais grave, porém, é quando este tipo de “linguagem” se transfere para as mensagens de e-mail. Ou, pior, quando são utilizadas em mensagens sérias, nas rotinas de trabalho. E isso existe. Como você responderia a uma mensagem assim: “Bd, podes, plis, mdar p/ mim akela pnilha dos orça/ q forão aprovados smana pda?”

Mais do que ajudar muito no hábito nada saudável de escrever sem pensar, o mundo da internet pode estar criando verdadeiros monstros em seus dialetos intergaláticos. Há professores que defendem a “comunicabilidade” da linguagem, argumentando que o português é um idioma difícil e tem muitas regras... E que é importante valorizar os neologismos regionais, coisa e tal.

Humildemente, discordo. Neologismo é uma coisa, neotaquigrafia cerebral é outra. A linguagem é parte fundamental da identidade cultural de um povo – ou da falta dela. Considerando que o Brasil é um país ainda bastante jovem e formado por muitas culturas as mais distintas, vai demorar um pouco até que tenhamos na língua portuguesa um fator efetivo de identidade.

Mas dá para começar a construir essa identidade resistindo bravamente à criptográfica invasão virtual. Eu faço a minha parte devolvendo nesse tipo de mensagem ao remetente pedindo, educadamente, que traduza para nosso idioma. Ou o presenteio com as conexões para os bons dicionários que, felizmente, estão disponíveis na rede. Porque, se é preciso pensar para escrever bem – antes, é preciso aprender a pensar.

ana.ribas@terra.com.br

ANA RIBAS DIEFENTHAELER | JORNALISTA



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: Educação	Data: 20/02/11
Assunto: A chance de fazer algo de bom		Página: 3

EDUCAÇÃO

A chance de fazer algo de bom

Preso quer contar sua história a jovens para desfazer ilusões sobre vida no crime

Um detento da Penitenciária Industrial de Joinville está desenvolvendo um projeto, que deve ter início em abril, para evitar que outros jovens tomem o rumo do crime e vivam o sofrimento que ele passou e acabou impondo a outras pessoas. Marcelo Coliados, de 28 anos, tinha 13 anos quando começou a andar com amigos que faziam o que ele sabia ser errado. E, como eles, praticou pequenos delitos.

Com 20 anos, acabou preso e condenado por latrocínio: estava no bando que assaltou uma casa em Ponta Grossa (PR), onde um homem de 65 anos acabou morto. Hoje, Marcelo, que tem aulas dentro da penitenciária por meio de um projeto de escolarização do governo federal, decidiu compartilhar sua história com outros mil jovens que participam do programa em escolas municipais de Joinville. E outros detentos já aderiram à ideia.

O que move Marcelo é que o exercício de repetir sua história aos jovens leve a eles a consciência de que não vale a pena “correr atrás de uma ilusão”. Assim ele descreve o que chama de caminho do crime. “Se eu tivesse recebido esse tipo de orientação, se tivesse ideia de como seria a vida dentro de uma prisão, talvez tivesse seguido caminho diferente”, afirma.

Pensando nisso, Marcelo decidiu abrir sua vida para turmas de jovens de 19 a 24 anos que participam do projeto e, assim, conscientizá-los sobre a importância de abraçar as boas oportunidades e se manter afastado do crime. E é isso que ele tem feito.

Marcelo está concluindo o ensino médio e se dedica aos cursos profissionalizantes oferecidos pelo ProJovem. Ao sair da penitenciária no bairro Paranaguamirim, faz planos de trabalhar como técnico de informática ou com telemarketing. Objetivos ele tem. A esperança é de que haja oportunidade de mostrar o que ele chama de “seu outro lado”. Ele tomou para si o desafio de mostrar que a recuperação de quem cometeu crimes graves é possível. “Todos deveriam ter direito a uma segunda chance”.

Segundo a coordenadora do setor de educação da penitenciária, Jaqueline Fachini, a intenção é que os cerca de 80 alunos da unidade no projeto participem de alguma forma da iniciativa de reduzir o número de jovens que caem no crime. “Alguns vão escrever textos, outros escolheram a poesia”, explica Jaqueline.

A escolha de Marcelo foi gravar um depoimento em vídeo, para repassar sua experiência aos jovens. Mais para frente, se der certo, a ação de Joinville pode ser expandida para todo o Estado, conta a coordenadora.

mariana.pereira@an.com.br



SAIBA MAIS

O ProJovem prepara para o mercado de trabalho jovens de 18 a 29 anos, desempregados, de famílias que ganham até um salário mínimo. Além de cursos de qualificação, os participantes recebem auxílio mensal de R\$ 100 por seis meses. No caso dos presos, o dinheiro é entregue à família ou fica retido em conta-corrente.



CLIPPING

Veículo: Folha de SP

Editoria: Cotidiano

Data: 19/2/10

Assunto: 17% dos professores têm preparo inferior ao exigido

Página: C1 e C3

17% dos professores têm preparo inferior ao exigido

208 mil do 6º ano do fundamental ao 3º do médio da rede pública não têm diploma

MEC reconhece que a situação é ilegal e pode afetar aprendizado, mas diz articular políticas para sanar a questão

MARÍLIA ROCHA
NATALIA CANCIAN
DE SÃO PAULO

No Brasil, 16,8% dos professores da rede pública não têm formação suficiente para exercer a profissão e estão em situação irregular.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) exige que os docentes do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio tenham formação superior, mas 208 mil professores dessas séries concluíram apenas o fundamental ou o médio.

Por Estado, a pior situação é na Bahia, onde 50,8% desses 96,5 mil docentes não completaram o ensino superior. Já São Paulo tem a melhor taxa nacional: 2,25% dos 238.667 professores dessa fase do ensino não terminaram a faculdade.

O levantamento, feito com base em dados do Inep (instituto ligado ao MEC) reunidos em 2009 e atualizados em janeiro deste ano, abarca o total de 1,2 milhão de professores que dão aulas nas séries em que há essa exigência.

O índice é praticamente o mesmo de 2007 (16%), quando se fez o primeiro levantamento nacional do tipo.

Erivan Santos, 20, ilustra essa situação. Ele começou a dar aulas na rede pública aos 19 anos e atualmente ensina geografia a alunos do sexto ao nono ano de uma escola particular de Acajutiba (BA) enquanto estuda pedagogia.

“Para dar aula de geografia, basta ter um bom entendimento do assunto e saber passar isso para os alunos. Não precisa de conhecimento aprofundado, não”, diz.

“Esses professores estão em situação irregular e terão de fazer uma licenciatura”, afirma a pesquisadora Ângela Soligo, da Faculdade de Educação da Unicamp.

O fundador da ONG Todos Pela Educação, Mozart Neves Ramos, diz que o percentual de docentes sem faculdade também descumprirá metas do Plano de Educação Básica. “Parte desses professores vem de cidades menores, onde, em geral, só se estuda até o ensino médio”, afirma.

OUTRO LADO

A secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Almeida e Silva, admite que a situação dos professores sem formação suficiente “fere a lei” e pode comprometer a aprendizagem.

Segundo ela, estão em curso políticas articuladas com governos locais para sanar a questão. “Nunca temos resultados rápidos em educação, mas as políticas atuais estão bem estruturadas.”

A diretora do Instituto Anísio Teixeira (que forma docentes na BA), Irene Cazorla, diz desconfiar que os dados estejam “superestimados”.

Colaborou MATHEUS MAGENTA, de Salvador



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Cotidiano	Data: 19/2/10
Assunto: 17% dos professores têm preparo inferior ao exigido		Página: C1 e C3

PROFESSORES SEM FORMAÇÃO

16,8 % dos docentes da rede pública não têm ensino superior no Brasil

Estados	número de professores*	sem curso superior completo, em%
Bahia	96.562	50,85
Acre	5.994	45,3
Maranhão	55.056	44,61
Roraima	3.544	41,93
Pará	42.933	37,5
Alagoas	17.193	32,87
Piauí	30.896	29,23
Paraíba	27.688	25,59
Amazonas	23.398	25,41
R. G. do Norte	19.032	25,35
Ceará	48.440	20,63
Amapá	5.009	19,25
Sergipe	14.338	19,12
Pernambuco	58.559	18,36
Mato Grosso	22.829	17,66
Tocantins	11.755	17,59
Rondônia	10.048	15,19
Goiás	39.713	12,42
Espírito Santo	20.989	11,65
Santa Catarina	37.665	11,65
Minas Gerais	140.298	10,41
R. G. do Sul	78.124	10,16
Mato Grosso do Sul	17.110	7,25
Distrito Federal	12.077	5,98
Rio de Janeiro	94.480	5,78
Paraná	72.339	4
São Paulo	238.667	2,25

*Do sexto ano do ensino fundamental ao 3º ano do médio



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Cotidiano	Data: 19/2/10
Assunto: 17% dos professores têm preparo inferior ao exigido		Página: C1 e C3

ANÁLISE EDUCAÇÃO

País não pode prescindir de professores, ilegais ou não

Excluí-los do sistema resultaria em milhões de alunos sem aulas

HÉLIO SCHWARTSMAN
ARTICULISTA DA FOLHA

Ilegais ou não, os professores sem titulação formam um contingente de 208 mil educadores dos quais o país não pode, por razões práticas, prescindir. Excluí-los do sistema resultaria em milhões de alunos sem aulas, especialmente nas áreas mais remotas e desassistidas.

Goste-se ou não, são essas as pessoas que, nas condições de trabalho hoje oferecidas, estão dispostas a dar aulas e é com elas que as escolas vão ter de se virar.

Podem-se criar as oportunidades para que esses profissionais consigam seus diplomas, através de cursos à distância e outras facilidades. Isso já foi feito em algumas redes e é provavelmente o melhor modo de conciliar as necessidades do mundo real com as exigências da lei.

A questão é que o diploma, às vezes, não passa de um pedaço de papel. É sempre bom reciclar velhos professores, mas é pouco provável que um curso, presencial ou não,

transforme um mestre sofrível num gênio da didática.

O motivo principal de o legislador ter introduzido a titulação como requisito para dar aulas não foi oferecer oportunidades de professores estudarem um pouco mais, mas sim promover ganhos de qualidade para o sistema. O pressuposto, apenas parcialmente correto, é o de que diplomas são um bom jeito de aferir essa qualidade.

O diagnóstico geral, ao menos, parece correto. O que os estudos internacionais mostram é que a qualidade do professor é determinante para a qualidade da educação ministrada.

Nessa seara, apesar das boas intenções de políticos, burocratas e da torcida do Corinthians, o Brasil faz feio.

Um estudo de 2008 da Fundação Lemann mostrou que apenas 5% dos melhores alunos (os que ficaram entre os 20% mais bem colocados no Enem) cogitam trabalhar como docentes da educação básica. A maioria dos “top 20” pensa em virar médico (31%) ou engenheiro (18%).

O contraste com os países campeões da educação não poderia ser maior. Na Coreia do Sul, para atuar no magistério é necessário estar entre os 5% mais bem avaliados no exame nacional de ingresso no ensino superior. Na Finlândia, os professores vêm dos 10% melhores alunos.

Inverter essa situação exige não só recursos vultosos —é preciso oferecer salários atrativos para 2,5 milhões de professores— como uma mudança cultural que devolva à categoria o prestígio social de que já gozou. Não vai acontecer do dia para a noite.



É BOM RECICLAR PROFESSORES, MAS É POUCO PROVÁVEL QUE UM CURSO, PRESENCIAL OU NÃO, TRANSFORME UM MESTRE SOFRÍVEL NUM GÊNIO DA DIDÁTICA

Clipping

CNTE

20/02/2011 - 17% dos professores não têm formação ideal para dar aula

› Data: 20/02/2011
› Veículo: O JORNAL WEB
› Editoria:
› Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

No Brasil, 16,8% dos professores da rede pública não têm formação suficiente para exercer a profissão e estão em situação irregular. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) exige que os docentes do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio tenham formação superior, mas 208 mil professores dessas séries concluíram apenas o fundamental ou o médio.

Por Estado, a pior situação é na Bahia, onde 50,8% dos 96,5 mil docentes dessas séries não completaram o ensino superior. Já São Paulo tem a melhor taxa nacional: 2,25% dos 238.667 professores dessa fase do ensino não terminaram a faculdade.

O levantamento, feito com base em dados do Inep (instituto ligado ao MEC) reunidos em 2009 e atualizados em janeiro deste ano, abarca o total de 1,2 milhão de professores que dão aulas nas séries em que há essa exigência.

OUTRO LADO

A secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Almeida e Silva, admite que a situação dos professores sem formação suficiente 'fere a lei' e pode comprometer a aprendizagem.

Segundo ela, estão em curso políticas articuladas com governos locais para sanar a questão. 'Nunca temos resultados rápidos em educação

Clipping

CNTE**20/02/2011 - Ensino a distância é avaliado em pesquisa**

✧ Data: 20/02/2011
✧ Veículo: MÍDIA NEWS
✧ Editoria:
✧ Assunto principal: ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A -	A +
-----	-----

Foram ouvidos 15.012 estudantes das faculdades e centros universitários avaliados pelo estudo

De 56 instituições particulares de ensino que oferecem cursos de graduação à distância no Brasil, só duas obtiveram a nota máxima em um ranking preparado pela ABE-EAD (Associação Brasileira dos Estudantes de Educação à Distância).

Em uma escala de um a cinco pontos, a FGV (Fundação Getúlio Vargas) e a AIEC (Associação Internacional de Educação Continuada) ficaram com a primeira e a segunda posição no ranking, respectivamente. Ambas obtiveram nota cinco.

Foram ouvidos 15.012 estudantes das faculdades e centros universitários avaliados pelo estudo. Cada um deles respondeu a um questionário com 40 perguntas sobre a qualidade do ensino adquirido - a ABE-EAD não levou em consideração a metodologia das aulas dadas, nem o número de alunos em cada curso.

Ricardo Holz, presidente da associação, explica que as perguntas foram direcionadas exclusivamente à opinião dos estudantes. Entre os pontos avaliados estão: a qualidade dos cursos, o material usado nas aulas, o sentimento de aprendizado real ou a falta desse sentimento, e, principalmente, a rapidez dos professores para responder as dúvidas dos estudantes - geralmente por e-mail.

Segundo Holz, a demora na resposta é "o maior problema da EaD (Educação à Distância)".

- Tem professor que demora três dias para responder [à pergunta do estudante]. Se o aluno não recebe logo a explicação de uma dúvida, ele logo se desmotiva. Por isso, é um ponto muito importante.

Segunda vez

A pesquisa foi realizada entre 1º de julho e 29 de outubro de 2010, em todos os Estados brasileiros. É a segunda vez que os alunos dos cursos à distância de universidades credenciadas pelo MEC (Ministério da Educação) são avaliados - a primeira pesquisa foi divulgada em 2009.

Os cursos à distância de instituições públicas ficaram de fora, mas devem ser avaliados em 2011, segundo Holz. A pesquisa revelou que quase 59% das instituições foram avaliadas como boas (nota 4); 28% estão no nível satisfatório (nota 3); e 7% são ruins ou péssimas (notas 2 e 1).

Nas duas últimas posições estão a Unicid (Universidade Cidade de São Paulo) e a Ulbra (Universidade Luterana do Brasil), com notas gerais 1,73 e 1,72, respectivamente.

Método

Para Vicente Nogueira Filho, diretor da AIEC, o ranking "não é válido" quem pretende estudar à distância. Com exceção da FGV - ambas as instituições trabalham com atendimento 100% online e provas presenciais - todas as outras 54 instituições avaliadas usam o mesmo sistema de ensino, diz Nogueira Filho, "que é o da Unopar (Universidade Norte do Paraná)".

Elisa Maria de Assis, pró-reitora da Unopar, rebate as críticas do presidente da AIEC e afirma que o método usado pela universidade é "um modelo consolidado, validado pelo MEC". Ela ressalta que os alunos de cursos à distância são distribuídos em salas com no máximo 50 pessoas. Eles assistem às aulas por satélite ao vivo e podem tirar dúvidas em tempo real, além do conteúdo transmitido pela web.

- A nota 3 no Enade é uma nota satisfatória; os conceitos 1 e 2 é que são ruins. Quando você tem um número maior de alunos [a Unopar é a maior universidade de EaD em número de estudantes matriculados] é normal que a média não seja tão alta.

Ricardo Holz frisa que apenas as opiniões dos alunos são consideradas na pesquisa, "e não o método utilizado" pelas instituições para as aulas de ensino à distância.

- Nós ouvimos os estudantes, procuramos saber o que eles acham do curso que fazem, se acham que estão aprendendo ou não. Ninguém melhor do que o estudante para saber.

Clipping

CNTE

MEC dá bolsas para cursos reprovados no Sinaes

› Data: 21/02/2011
› Veículo: O GLOBO ONLINE
› Editoria: EDUCAÇÃO
› Assunto principal: ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) ignora a lei que manda excluir do Programa Universidade para Todos (ProUni) cursos reprovados duas vezes consecutivas em avaliações oficiais. O ministério admite que falta regulamentar a lei e promete fazer isso logo, a tempo de aplicar a regra no segundo semestre. O objetivo é evitar que universitários bancados pelo governo (o ProUni é pago mediante renúncia fiscal) frequentem cursos sem qualidade mínima.

(Número de bolsas não muda, diz ministério)

A diretora de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior do MEC, Paula Branco de Mello, nega que haja demora em dar consequência à Lei 11.509, de 2007. Ela argumenta que, até o ano passado, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) não tinha produzido dados suficientes para fazer cumprir a lei.

"Agora chegou a hora, porque temos os subsídios. Não existe morosidade. Vamos poder fazer a exclusão no processo seletivo do segundo semestre de 2011", diz Paula.

A justificativa é controversa. Afinal, o mecanismo de exclusão de cursos reprovados já funciona no Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), programa federal de crédito educativo. No Fies, a legislação é mais rigorosa: basta uma reprovação em avaliações federais para o curso ser banido. E o MEC definiu claramente quais critérios devem ser observados.

Sinaes tem diferentes indicadores de qualidade

Em portaria, o ministério observa que o Sinaes produz diferentes indicadores, do mais completo ao mais simples. A portaria estabelece que o ponto de partida para a exclusão é o Conceito de Curso (CC), o mais abrangente, que inclui até inspeção in loco das faculdades. Caso o CC não tenha sido divulgado, porém, a desvinculação pode ser feita com base no Conceito Preliminar de Curso (CPC). Se nem mesmo o CPC tiver sido calculado, basta a nota do Enade.

No ProUni, a lei exige a reprovação em duas avaliações consecutivas. E isso demora, pois o Enade, base dos demais indicadores, só é aplicado nos mesmos cursos a cada três anos. Desde 2009, porém, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) já sabe o CPC dos cursos submetidos ao Enade em 2005 e 2008.

O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) critica a demora na aplicação da lei:

"É vergonhoso levar quatro anos para regulamentar o que é insuficiente. Estão agachados frente ao poder econômico das empresas privadas de ensino."

O presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes),

Sérgio Roberto Franco, considera prudente a postura do MEC. Ele lembra que o Conceito Preliminar de Cursos foi criado em 2008, com base em dados de 2007. Assim, os CPCs anteriores foram calculados retroativamente, sem divulgação - o MEC só passou a informação às instituições.

"Não houve demora, houve precaução", diz Franco.

Clipping

CNTE

O Fim da repetência

✧ Data: 21/02/2011
✧ Veículo: VEJA
✧ Editoria: EDUCAÇÃO
✧ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

Tamanho da fonte

O MEC agora recomenda às escolas que deixem de reprovar os alunos nos primeiros anos de ensino, como já ocorre em outros países. Será que vai funcionar no Brasil?

Uma nova diretriz do Ministério da Educação (MEC) pode levar a uma transformação radical nas escolas brasileiras -públicas e particulares. Trata-se de abolir a repetência até o 3º ano do ensino fundamental, fase crucial da vida escolar, em que crianças são alfabetizadas e começam a cultivar curiosidade pelos estudos. Caberá às escolas e às redes de ensino decidir se adotarão o sistema, mas, à luz da experiência com esse tipo de sinalização oficial pode-se esperar que a maioria siga o ministério. É notícia que, à primeira vista, causa apreensão quanto à preservação da cobrança e do mérito, ingredientes essenciais para o progresso acadêmico. O bem-sucedido exemplo internacional pode ser útil ao Brasil. Países que aplicam modelo semelhante, como França e Japão, têm alcançado ótimos resultados, renovando o interesse pela sala de aula entre os alunos com mais dificuldade e reduzindo a evasão escolar; Mas eles só chegaram lá à custa de exaustiva vigilância sobre os mais atrasados, muitas atividades de reforço, além de um pelotão de professores de alto nível. Diz o especialista João Batista oliveira: "Não basta banir a reprovação, é preciso dar condições reais para a criança avançar" Desde a década de 90, algumas instituições de ensino no Brasil já adotam sistemas em que o aluno fica sujeito à repetência apenas depois de concluída uma etapa escolar -ciclos em geral de três anos. Pois é com base nessa experiência que todos os alertas devem ser emitidos. Uma pesquisa de abrangência nacional, conduzida pelo economista Naércio Menezes, do Insper, traz os números: as notas nos colégios regidos por ciclos são ligeiramente mais baixas do que as médias cravadas pelos estudantes egressos do tradicional modelo de reprovação. Pode ser um reflexo de distorções no conceito. Não raro, a supressão da repetência é confundida com o fim das avaliações, como ocorreu na rede municipal do Rio de Janeiro com resultados desastrosos. Mais de 20.000 alunos do 4º ao 6º ano precisaram ser realfabetizados e os ciclos, antes disseminados por todo o ensino fundamental, limitaram-se aos anos da alfabetização.

Postas as ressalvas, existe um consenso de que a nova recomendação do MEC, se bem aplicada, pode significar um avanço. O Brasil registra uma das mais altas taxas de reprovação do mundo, em torno de 11%, número que ombreia com o dos africanos. Os especialistas concordam que isso é excessivo e contraproducente, uma vez que, em geral, não se presta a nenhuma função pedagógica -apenas espanta a criança da escola. "A reprovação deve ser uma ferramenta para os casos extremos, impossíveis de ser remediados, como funciona nos países desenvolvidos", pondera o economista Cláudio de Moura Castro, colunista de VEJA. Toda essa discussão, evidentemente, só faz sentido se vier aliada de algo decisivo para o sucesso escolar: o bom ensino.

Roberta de Abreu Lima



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 21/2/10
Assunto: Comunidades do Sul e Sudeste ganham curso de licenciatura		Página: Online

Comunidades do Sul e Sudeste ganham curso de licenciatura

O Brasil tem, hoje, três mil professores indígenas em formação em 21 instituições públicas de educação superior. A Universidade Federal de Santa Catarina acaba de receber 120 calouros das etnias guarani, caingangue e xoclungue, oriundos de territórios de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Espírito Santo — até então, o Sul e o Sudeste eram as duas regiões do país que não contavam com cursos de licenciatura específicos para povos indígenas.

A maior parte dos calouros da licenciatura para professores de educação indígena já ministra aulas nas comunidades. A formação específica prevê avanços, como a alfabetização bilingue — inicialmente, no idioma indígena; depois, em português.

A criação dos cursos específicos é uma das diretrizes do Programa de Formação Superior e Licenciatura Indígena (Prolind) do Ministério da Educação (MEC). A meta, segundo o coordenador do programa, Gersem Baniwa, é formar sete mil professores nos próximos seis anos. “Temos 12 mil professores indígenas em todo país”, disse. “Desses, três mil estão em formação e outros dois mil, já formados; queremos levar educação a todos.”

Pelo Prolind, as universidades oferecem a infra-estrutura e ao MEC cabe levar os estudantes às salas de aula. “Há regiões em que precisamos fretar jatinhos para que eles possam estudar”, relata Baniwa. Para o programa, o custo individual por aluno é de R\$ 4 mil ao ano. Além de levar formação aos indígenas, o Prolind oferece outro benefício direto, a produção de material didático pelos próprios indígenas. Já foram publicados 88 títulos e outros 85 estão prontos para a impressão.

Alternância — A formação ocorre em períodos alternados. Os indígenas vão à universidade para o período letivo e retornam às comunidades. Lá, realizam estudos orientados, estágios e projetos de pesquisa, entre outras atividades. O curso dura quatro anos. O MEC também é responsável pelo custeio das acomodações dos estudantes.

Um dos calouros da UFSC, o professor Getúlio Narciso, também conhecido como Tójfã, vai cursar licenciatura em humanidades com ênfase em direitos indígenas. Ele veio da terra indígena de Xapecó, que permeia os municípios de Ipuacu, Entre Rios e Abelardo Luz, no interior catarinense. A comunidade tem área de 15,6 mil hectares e população aproximada de 4,6 mil indígenas, segundo dados de 2006. A maior escola da comunidade atende 890 estudantes, que cursam o ensino fundamental e o médio.

Getúlio e outros 16 professores da mesma comunidade fazem parte dos 120 calouros do curso da UFSC. Ele leciona na comunidade desde 1998 e tem formação de nível médio para a atividade. Segundo ele, fazer um curso desenvolvido com base nas necessidades de seu povo é uma conquista. “Depois de muito tempo de exploração e negação dos nossos direitos, sinto que a universidade me acolheu.”



CLIPPING

Veículo: http://www.notaf10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 21/2/10
Assunto: Municípios prioritários devem apresentar projetos para PSE		Página: Online

Municípios prioritários devem apresentar projetos para o PSE

Os municípios que manifestaram interesse em participar do Programa Saúde na Escola (PSE), desenvolvido pelos ministérios da Educação e da Saúde, têm prazo até 4 de março para apresentar os projetos que pretendem pôr em execução. As redes municipais com projetos aprovados receberão do MEC conjuntos de material didático e clínico para a promoção da saúde dos estudantes.

A Portaria Interministerial n.º 3.696, de 25 de novembro de 2010, relacionou 2.549 municípios prioritários para receber atendimento do programa, mas o repasse do material depende da resposta positiva dos prefeitos. Estão na lista os municípios que registraram, em 2009, índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) de até 4,5 pontos (a escala vai até 10) e nos quais 70% ou mais da população recebia atendimento de equipes do programa Saúde da Família.

O Programa Saúde na Escola, criado em 2007, faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação Básica (PDE). Dados da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) mostram que, em 2008, o PSE atendeu 609 municípios. Em junho de 2010, selecionou projetos de 646 prefeituras que receberão o material em 2011.

Em janeiro deste ano, o programa, passou da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) para a SEB, que desde 2003 desenvolvia o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Na estrutura do MEC, o PSE faz parte da diretoria de concepções e orientações curriculares para a educação básica com os programas Mais Educação e Escola Aberta.

De acordo com a coordenadora dessas ações, Marta Klumb Rabelo, a união do Saúde na Escola com o Saúde e Prevenção nas Escolas vai fortalecer e aprofundar a promoção da saúde e a prevenção de doenças entre os estudantes da educação básica pública.

Na Portaria n.º 3.696, os secretários municipais de educação e de saúde encontram o roteiro sobre a apresentação de projetos e o endereço eletrônico para envio das propostas.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN.pais	Data: 19/02/11
Assunto: Multa por deixar que Enem vazasse		Página: 15

EDUCAÇÃO

Multa por deixar que Enem vazasse

Tribunal condena dois ex-diretores do Inep. Decisão ainda cabe recurso

Dois ex-diretores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) foram condenados pelo vazamento das provas do Enem em 2009. A decisão é do Tribunal de Contas da União (TCU), que também aponta falhas elementares de segurança na gráfica, deficiência na fiscalização e o pagamento de serviços não-prestados.

Foram condenados Heliton Ribeiro Tavares, que era diretor de avaliação da educação básica do instituto, e Dorivan Ferreira Gomes, coordenador-geral de exames do Inep. O acórdão com a decisão do tribunal foi divulgado na quarta-feira e cabe recurso.

Multado em R\$ 5 mil, Heliton Tavares alegou no processo que “todas as etapas (da confecção da prova) foram acompanhadas. Foram muitos contatos com a equipe de logística, o que pode ser comprovado por meio das ligações telefônicas da época. A solicitada participação da Polícia Federal poderia ou não ter evitado o ocorrido, assim como um maior número de vigilantes contratados.” Ainda, segundo Tavares, “os procedimentos foram corrigidos na 2ª edição do exame, com a designação de três servidores do Inep que, por 87 dias, permaneceram em tempo integral nas dependências da gráfica contratada, emitindo relatórios diários”.

Condenado a pagar R\$ 3 mil, Dorivan Gomes, afirmou que “todo o processo de produção gráfica foi fiscalizado 24 horas por dia e coordenado tecnicamente por empregados da Consultec, os quais comprovaram possuir experiência e capacidade técnica na área de logística e segurança de aplicação de exames”.

Procurado, o Inep não quis comentar o assunto. O Enem foi cancelado em outubro de 2009.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN.pais	Data: 19/02/11
Assunto: Questões de matemática polêmicas		Página: 15

DENÚNCIA

Questões de matemática polêmicas

O professor de matemática de uma escola estadual de Santos, na Baixada Santista, está sendo acusado de “apologia ao crime” por passar aos alunos do primeiro ano do ensino médio seis problemas que citam temas como tráfico de drogas, prostituição, roubo de veículos, assassinato e uso de armas de fogo.

Nas questões, o professor pergunta, por exemplo, qual a quantidade de pó de giz que um traficante deverá misturar para ganhar 20% na venda de 200 gramas de heroína. O caso foi denunciado à polícia na quarta-feira pelos pais de uma aluna.

De acordo com o boletim de ocorrência (BO), o professor teria confirmado diante da diretora que havia escrito as questões no quadro, mas sem esclarecer os motivos que o levaram a formular o exercício.



CLIPPING

Veículo: Jornal O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 21/02/2011
Assunto: Até presos sofrem com erros no Enem		Página: online

Até presos sofrem com erros no Enem

Problemas no acesso a notas na internet dificultaram inscrição no Sisu e no ProUni; no Rio, prova foi marcada no dia de visita

Rafael Moraes Moura - O Estado de S.Paulo

Depois de falhas na encadernação e troca de cabeçalho no cartão resposta, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi novamente cercado por erros - desta vez, a prejudicada foi a população carcerária. Problemas no acesso às notas na internet dificultaram a inscrição de presos no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e no ProUni. Além disso, a aplicação da prova no dia de visitas fez a abstenção no Rio de Janeiro superar os 50%.

Nas últimas três semanas, o Estado entrou em contato com secretarias das sete unidades da federação com maior população prisional (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, segundo números do Ministério da Justiça de dezembro de 2008) para fazer um levantamento da aplicação da prova. Os detentos foram submetidos a uma avaliação diferente da original, nos dias 15 e 16 de dezembro, um mês após o exame realizado por 3,3 milhões de estudantes.

Foram recebidas 14.473 inscrições em cerca de 550 presídios. Caso sejam aprovados, os presos em regime semiaberto podem conseguir autorização judicial para estudar fora das grades, desde que já tenham cumprido parte da pena, apresentem "comportamento adequado" e o benefício seja compatível com o objetivo da pena. O exame também é usado para obter certificação no ensino médio.

Em Minas Gerais, "o Inep não passou em tempo hábil os resultados às unidades" e houve casos em que o cadastro de presos constava como inválido no site do Enem, de acordo com a Secretaria de Defesa Social do Estado. No Paraná, a Secretaria de Justiça disse que "não houve tempo hábil para a inscrição" no ProUni (a primeira etapa ocorreu entre 21 e 25 de janeiro).

Na Bahia, 32 presidiários conseguiram se inscrever no Sisu e 1 no ProUni, mas muitos perderam as inscrições do Sisu por "dificuldades para acessar o link disponibilizado pelo órgão", de acordo com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Naquele Estado, 337 presos participaram do exame.

Os responsáveis pedagógicos da Escola Professor Joel Pontes, localizada no Presídio Professor Aníbal Bruno, em Recife (PE), também enfrentaram problemas para acessar os resultados do Enem na internet. "De apenas duas pessoas conseguimos pegar a nota no site, do restante não dava", diz Luiza Costa, gestora-adjunta da escola.



Duas escolas pernambucanas disseram ao Estado que tiveram infortúnio ainda maior - seus alunos não fizeram o exame. "Cheguei a fazer quatro ligações no mesmo dia para o MEC e o Inep para ver qual o problema no cadastro, mas nada. Fiquei indignada, até hoje não entendo por que fomos excluídos", diz Maria Eliande Andrade, gestora da Escola Olga Benário Prestes da Colônia Penal Feminina do Recife. Mais de 20 alunas da escola pretendiam ser avaliadas.

Como muitos presos não possuem - ou não sabem informar - o CPF, houve dificuldades na inscrição no sistema do ProUni, que solicitava o registro. "Consegui a inscrição no Sisu (que não solicita o CPF); no ProUni, não. Falam tanto em ressocializar, mas nos deixaram na mão", lamenta o detento Davi Pereira, da Escola Professor Joel Pontes.

Abstenção. No Rio de Janeiro, a abstenção no dia do exame chegou a 50,7%. Dos 674 inscritos, apenas 332 fizeram o Enem, informou a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado. Segundo o governo fluminense, 342 presos preferiram não fazer o exame, "uma vez que o dia de visita da unidade foi no mesmo dia da prova".

Para o superintendente de projetos e formação da Funap (órgão vinculado à Secretaria da Administração Penitenciária do governo paulista), Felipe Athayde Lins de Melo, a realização da prova "é um tanto precária", apesar dos avanços. "Temos problemas de logística, da chegada das provas, seleção de equipes", diz ele. "A população prisional não está na pauta das políticas educacionais."



CLIPPING

Veículo: Jornal O Estado de São Paulo	Editoria: Economia	Data: 21/02/2011
Assunto: Qualificação é o Caminho		Página: online

Qualificação é o caminho

Curso profissionalizante é opção à graduação para quem busca crescer na carreira
Eleni Trindade, do Jornal da Tarde

SÃO PAULO - Quem não tem condições de investir tempo e dinheiro em um curso de graduação, tem uma alternativa para se capacitar antes de ingressar no mercado de trabalho: cursos profissionalizantes. "Esse tipo de formação promove a igualdade das classes sociais no que diz respeito às chances de ingressar no mercado de trabalho", diz Karla Mara Alves de Oliveira, consultora de Planejamento de Carreira da Ricardo Xavier Recursos Humanos.

Ter qualificação tem impacto direto no salário e na empregabilidade, explica Marcelo Cortes Neri, economista do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e autor do estudo "A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho", feito para o Instituto Votorantim e que tomou como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007 e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) dos últimos oito anos.

"São vários os tipos e níveis de qualificação profissional, mas nosso estudo mostra que o ensino profissionalizante traz impacto no aumento do salário e possibilita às pessoas conseguirem melhores empregos", afirma o economista da FGV. "Em média, o acréscimo salarial é de 14% para quem tem curso profissionalizante e 1,4% para quem tem curso de informática", conta ele. De 2004 a 2010, houve aumento de 75% na procura e na oferta de cursos profissionalizantes, mostra a pesquisa de Neri.

Rildo Marques, 34 anos, empregado há três meses por uma loja de revestimentos, atribui essa oportunidade a um curso profissionalizante de Autocad (software para desenho de projetos) que fez na [IP8,0,0]escola[IP8,0,0] Prepara Cursos. "Estou fazendo o curso técnico em edificações, mas para o atual emprego foi fundamental saber usar o software", conta. Flávio Henrique Yoshioka da Silva, de 18 anos, também fez curso profissionalizante e obteve resultado. Há um mês foi admitido na empresa onde era estagiário depois de estudar Excel Avançado. "Quando me firmar no emprego e terminar o ensino médio, quero estudar engenharia", planeja o jovem.

Chances reduzidas

Para o diretor de Marketing da Prepara Cursos, Camilo Carvalho, muitos perdem oportunidades por falta de qualificação. "Atualmente ainda há muita gente não tem conhecimento de informática e acaba rejeitada nas seleções. Outros perdem chances por falta de conhecimento específico para o cargo.

E, segundo especialistas, a demanda por qualificação deve crescer mais. "Os setores de comércio e serviços, que são o foco dos cursos do Senac, continuarão aquecidos graças ao fato de o Brasil ter se tornado rota de negócios, feiras, shows e eventos esportivos mundiais como a Copa e a Olimpíada, que vão exigir mão de obra preparada", argumenta Claudio Luiz de Souza Silva, gerente de Desenvolvimento do Senac-SP, que tem foco em qualificação para o setor de serviços.



"De certo modo valoriza-se excessivamente o diploma superior por parte do mercado e dos próprios trabalhadores, mas a empregabilidade para quem faz cursos profissionalizantes sempre foi alta", ressalta.

A maioria dos participantes de cursos do Senai-SP, que tem como foco a indústria, também consegue emprego. "Um ano depois do fim de cada curso, fazemos uma pesquisa de acompanhamento dos alunos e a média de empregabilidade nas indústrias é de 86,5%", diz o gerente de Educação da instituição, Senai[IP8,0,0] João Ricardo Santa Rosa. "Os índices têm se mantido altos porque acompanhamos a evolução do mercado brasileiro e implantamos cursos para atender à demanda de áreas em desenvolvimento como os setores de petróleo, gás e aeronáutica.



CLIPPING

Veículo: Jornal O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 21/02/2011
Assunto: Começa 2ª etapa do ProUni		Página: online

Começa 2ª etapa de inscrições para bolsas do ProUni

MARÍLIA LOPES - Agência Estado

Começa hoje a segunda etapa de inscrições para as bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni) do primeiro semestre de 2011. As inscrições vão até quinta-feira (24).

Para participar do ProUni, é preciso ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou em estabelecimento privado com bolsa integral. É necessário ainda ter participado do último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 2010, atingido o mínimo de 400 pontos na média das cinco provas e não ter tirado zero na redação.

Ao efetuar sua inscrição, o estudante poderá escolher até três opções de curso e instituição. As inscrições serão feitas exclusivamente pela internet, no site do programa. Para inscrever-se, os candidatos deverão informar seu número de inscrição e senha no Enem 2010 e o CPF.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), os candidatos que se inscreveram na primeira etapa e não foram pré-selecionados, ou aqueles que foram pré-selecionados para cursos em que não houve formação de turma, poderão candidatar-se novamente às bolsas. Os estudantes que não se inscreveram na primeira etapa também terão nova oportunidade de inscrever-se.

A primeira chamada aos pré-selecionados nesta segunda etapa será divulgada no domingo (27). A comprovação dos documentos necessários deverá ser feita até 4 de março. No caso de ainda existirem bolsas disponíveis, será feita uma segunda chamada no dia 13 de março. O cronograma completo do processo seletivo está disponível no sítio do ProUni.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN.política	Data: 19/02/11
Assunto: Escolha de titulares é adiada. Outra vez		Página: 17

SECRETARIAS REGIONAIS

Escolha de titulares é adiada. Outra vez

Raimundo Colombo pode anunciar os primeiros nomes neste fim de semana

O governador Raimundo Colombo (DEM) adiou pela terceira vez o anúncio dos primeiros secretários regionais. Falta consenso entre os aliados para definir pelo menos 12 dos 36 titulares. Na tentativa de acelerar o processo, pode oficializar alguns convites ainda hoje. A ideia do governador é ligar para cada um dos indicados e, à medida que cada um vai aceitando, anunciar os nomes via Twitter.

O secretário Antônio Ceron (Casa Civil) retoma a rodada de reuniões entre aliados na segunda-feira. A ideia é tentar bater o martelo nas 12 secretarias ainda sem consenso.

O governador havia marcado o anúncio dos 36 secretários para o dia 15. Depois prorrogou para ontem, quando declarou que ainda terá de negociar algumas vagas. “O anúncio será feito na semana que vem. Primeiro quero fazer o convite pessoalmente e dizer o que espero do trabalho de cada um”, escreveu, no microblog.

Joinville não está entre as 12 secretarias onde falta consenso para a escolha dos titulares. Sabe-se que o escolhido será do PMDB, até porque a vaga é da cota do senador Luiz Henrique da Silveira. Entre as alternativas estão manter Manoel Mendonça no cargo ou nomear Romualdo França.

Pelo menos duas questões pesam contra a manutenção de Manoel Mendonça no cargo. Nos bastidores, fala-se que o fato de estar há oito anos à frente da SDR de Joinville o prejudica, até porque há o interesse do atual governo em mudar. O pouco envolvimento do peemedebista nas eleições de outubro também estaria na lista dos pontos negativos para a manutenção dele no cargo.

Há pouco mais de uma semana, em visita a Joinville, o próprio Raimundo Colombo confirmou o favoritismo de Romualdo França. “Pelo que sei, o mais cotado é ele. Mas essa é uma questão que diz respeito ao PMDB e ao senador Luiz Henrique”, disse.

Manoel Mendonça acredita que ainda tem chances. “Não conversei com o governador. As coisas também estão indefinidas para mim. Meu futuro, dentro ou fora da SDR, vai depender da confirmação dos nomes”, fala. Já Romualdo França minimiza a possibilidade de assumir a vaga. “Sei que meu nome foi indicado. Só que até agora ninguém me procurou. A situação continua a mesma”, desconversa.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN.política	Data: 21/02/11
Assunto: Os nomes que ele já tem na cabeça		Página: 17

SECRETARIAS REGIONAIS

Os nomes que ele já tem na cabeça

PMDB, PSDB e DEM enviaram lista com 24 nomes para o governador Colombo

Mesmo com a falta de consenso na definição de 12 nomes, a composição das secretarias regionais já começa ganhar uma cara. O jornalista Roberto Azevedo, do Grupo RBS, apurou a lista com 24 nomes apresentada pelo PMDB, PSDB e DEM ao governador Raimundo Colombo (DEM).

Para Joinville, o nome mapeado é o do engenheiro Romualdo França, que nega haver definição. “É normal que meu nome apareça em listas, até porque são oito anos de governo, mas não há nada definido”, disse Romualdo França.

A relação mostra as indicações de nomes feitas pelos partidos e que poderão ser aceitas pelo governador. Raimundo Colombo já havia anunciado que começaria a fazer os convites durante o final de semana. A ideia do governador é conversar, por telefone, com cada um dos indicados e, a medida em que os convites forem definidos, divulgar os nomes pelo Twitter. “O anúncio será feito na semana que vem. Primeiro quero fazer o convite pessoalmente e dizer que espero do trabalho de cada um”, escreveu, no microblog, na tarde da última sexta-feira. A expectativa é que alguns nomes já possam ser apresentados ainda hoje.

A falta de consenso entre os aliados obrigou o governo a adiar algumas vezes o anúncio dos novos secretariados e mudar a estratégia de divulgação dos nomes. O plano original era divulgar todos os 36 de uma vez, no dia 15 de fevereiro. Não foi possível e o prazo foi prorrogado para o dia 18. Como, novamente, não houve acordo e as definições sobre as 12 regionais ainda parecem longe de ter fim, o governo mudou de estratégia e agora vai anunciar tudo via Twitter.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN.política	Data: 21/02/11
Assunto: Os nomes que ele já tem na cabeça		Página: 17

SECRETARIAS REGIONAIS

Não há consenso na divisão de 12 vagas

O maior nó para a divisão entre os aliados envolve as SDRs de Braço do Norte, Laguna, Ibirama e Caçador. Dependendo do resultado envolvendo estas quatro, as negociações para a ocupação das outras oito regionais podem ficar mais simples. O grande desafio é fazer com que as lideranças políticas destas regiões entrem em acordo. A vaga de Caçador, por exemplo, é disputada pelo secretário Valdir Cobalchini (PMDB) e pelo prefeito Saulo Sperotto (PSDB). Ibirama é cobiçada pelos ex-deputados Ayres Marchetti (DEM) e João Matos (PMDB).

Depois da longa negociação para a divisão das secretarias centrais, Raimundo Colombo disse que a partilha das SDRs teria como critério a “geografia das urnas”. Pelos números, o PMDB ficaria com 14, o DEM e o PSDB com 10 cada, PPS e PTB teriam uma cada. Mas a divisão foi alterada. O PMDB pode acabar com 16, já que o DEM abriu mão de Rio do Sul. Os peemedebistas ainda aguardam Caçador e Ibirama.

As sugestões

PMDB

Araranguá Heriberto Schmidt

Campos Novos Alcides Mantovani

Canoinhas Argos Burgardt

Concórdia Paulo Pastore

Criciúma Luiz Fernando Cardoso

Joinville Romualdo França

Grande Florianópolis Renato Hinnig

Itapiranga Milton Hann

Ituporanga Adelmo Santana

Palmitos Alencar Fiengenbaum

PSDB

Dionísio Cerqueira Flávio Berté

Itajaí Fabrício Oliveira

Jaraguá do Sul Lio Tironi

Joaçaba Jair Antonio Lorensetti

Timbó Rogério Theis

Tubarão Haroldo de Oliveira Silva

São Lourenço do Oeste Edilso Ranzan

DEM

Blumenau Marcelo Schrubbe ou César Botelho*

Brusque Sandra Eccel *

Chapecó Eldimar Jagnow

Mafrá Wellington Bielecki

Curitibanos Roque Stanguerlin

Lages Jurandir Agostini

Rio do Sul Ítalo Goral*



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 21/02/11
Assunto: Indefinição nas SDRs		Página: 3

Indefinição nas SDRs

Para estruturas que são consideradas os pilares da chamada descentralização administrativa, os quase dois meses sem definição dos titulares das secretarias de Desenvolvimento Regional são tempo demais. Sim, os secretários estão nomeados, mas de forma interina, o que implica uma certa insegurança nas ações administrativas, dada a possibilidade de substituição iminente. Além disso, nenhum dos demais cargos de confiança está ocupado, o que com certeza traz percalços à atuação das SDRs, partindo-se do princípio de que todas as funções têm atribuições executivas.

Como se não bastasse, a nomeação dos demais cargos regionais, mesmo em outros órgãos, está na dependência política da escolha do respectivo secretário regional. Em um exemplo rápido, pedidos de licenciamento acumulam-se na Fatma de Joinville, em situação que com certeza se repete em outras regiões e órgãos do Estado. Se a estrutura administrativa pública já tem dificuldades de funcionar (procedimentos burocráticos, escassez de servidores), imagina-se que o quadro agrava-se quando os órgãos estão sem os titulares.

É compreensível a necessidade de enquadramento das nomeações dos secretários regionais em critérios políticos. É preciso buscar o consenso entre os diversos partidos e lideranças que fazem parte do governo. Mas chega um momento em que é preciso decidir. E não deixar indefinidamente as regionais navegando ao sabor dos humores partidários, como se a única finalidade das estruturas fosse política.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 21/02/2011
Assunto: Disputa entre os suplentes		Página: 2

Disputa entre os suplentes

Uma disputa acirrada está acontecendo nos bastidores de Brasília. É a briga entre os suplentes de deputados federais, envolvendo partidos aliados. O STF (Supremo Tribunal Federal) tem concedido liminares para que suplentes de partidos assumam as vagas dos deputados titulares caso eles assumam algum cargo no Executivo. A Câmara quer aprovar emenda constitucional que garanta que, em caso de licença do deputado titular, a vaga seja ocupada pelos suplentes mais votados na coligação de partidos. Até o momento, 30 deputados titulares licenciaram-se para assumir cargos no Executivo, mas o número pode passar de 40 neste início de mandato: Dos 30 suplentes, 12 dos que assumiram poderão perder a vaga se, na votação do mérito, o STF acatar as liminares. Os demais não correm o risco porque pertencem à mesma legenda do titular e foram

os mais votados. Aqui em Santa Catarina, a disputa envolve os deputados Marco Tebaldi (PSDB), Paulinho Bornhausen (DEM) e João Rodrigues (DEM). Os três foram nomeados secretários da Educação, Desenvolvimento Econômico e Agricultura, respectivamente. Caso seja mantido o entendimento do STF deverão assumir os suplentes dos partidos: o ex-deputado Gervásio Silva (PSDB), a vereadora de Criciúma Romana Remor (DEM) e o vereador de Blumenau Jovino Cardoso (DEM). Os três já entraram com mandato de segurança para ocuparem os cargos. Já os partidos e a Câmara dos Deputados defendem que a vaga é da coligação. Neste caso, assumem os mais votados, o ex-deputado Valdir Colatto (PMDB), a ex-secretária estadual da Saúde, Carmen Zanotto (PPS), e o vereador de Florianópolis Gean Loureiro (PMDB).



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 21/2/10
Assunto: Diversos		Página: 10

Regionais politizadas

A composição das 36 secretarias regionais do governo do Estado obedece a um rigoroso critério político-partidário, de olho no projeto eleitoral a curto e médio prazo. É o que fica evidenciado nas listas dos partidos que contém os 24 primeiros nomes do secretariado apurados pela coluna e divulgados nesta edição.

Da nominata, que não traz nenhuma surpresa aparente, pouco se extrai do aspecto técnico, argumento que o governador Raimundo Colombo e o vice Eduardo Pinho Moreira haviam estabelecido como base para a indicação dos assessores do primeiro escalão da administração estadual. Além disso, a força dos caciques com mandato de deputado estadual, federal ou senador pesa na hora de dar o veredito mais elementar no xadrez das indicações: qual será o partido a capitanear a pasta em determinada região.

Assim, os problemas e projetos políticos locais são preponderantes nas já distinchadas e nas 12 secretarias ainda sem padrinho partidário definido. É o caso emblemático de Laguna, secretaria cortejada pelo PSDB, pelo DEM e pelo PMDB. Nem o filho da terra, Pinho Moreira, tende a fazer força para que os companheiros de partido fiquem com o posto. A justificativa está na formação da sigla, composto por cinco alas. Nos bastidores se brinca que, pela tradição do Carnaval em Laguna, a fragmentação peemedebista lembra uma escola de samba, e que contentar um determinado segmento seria mais complicado do que deixar demistas e tucanos se digladiarem.

À mesa, o DEM, que não tem projeto para 2012 em Braço do Norte – alternativa original lhe dada no Sul –, está mesmo interessado em Imbituba e Garopaba, cidades abrangidas por Laguna. O fato irrita o tucanato, pois o prefeito imbitubense Beto Martins é estrela em ascensão e já comandou o partido estadual em um momento crítico, além de ter se empenhado na campanha vitoriosa de Colombo, que, no município, fez quase o dobro dos votos de Ideli Salvatti (PT) e Angela Amin (PP) somados. O caso é pontual, mas não isolado. A este quadro se somam outros tantos onde a questão paroquial incomoda e poderia ter sido resolvida mais depressa.

DOIS DILEMAS NO PMDB

Os deputados Moacir Sopelsa e Valdir Cobalchini (secretário da Infraestrutura), ambos do PMDB, fizeram um roteiro para avaliar obras e gargalos rodoviários nas áreas das regionais de Seara e Concórdia. Não muito longe dali, Cobalchini (primeiro da direita para a esquerda) encara uma queda de braço com o prefeito Saulo Sperotto (PSDB) pela regional de Caçador. O problema de Sopelsa (terceiro da direita para a esquerda) é caseiro. Viu de perto a gritaria do pessoal que não quer a regional de Seara nas mãos do PTB. A justificativa está na falta de representatividade do



partido na região, que sequer tem vereadores ou prefeitos ou vices eleitos. Sopelsa diz que o PMDB deveria ficar com a diretoria-geral, futura secretaria-adjunta, e aceita que o DEM assuma a pasta. Na foto, tirada em Piratuba, os deputados conheceram um trabalho em mesas pedagógicas eletrônicas na Escola Municipal Amélia Poletto Hepp, ao lado do prefeito Adelio Spanholi (segundo da direita para a esquerda), do PMDB.

Até lá

Curitibanos pode entrar no epicentro de um confronto interno do DEM. O nome indicado para a secretaria regional é o de Roque Stanguerlin, apoiado, é claro, pelo prefeito Wanderlei Agostini e pelo deputado federal Onofre Santo Agostini.

Consta que, na semana passada, o empresário Nilso Berlanda, comandante de uma das três maiores redes varejistas do Estado, recebeu uma ligação de Raimundo Colombo que o sondava para assumir a regional. Berlanda teria visto o gesto com bons olhos. Dono de 21.139 votos para deputado estadual, nas últimas eleições, Berlanda estaria em evidência política na regional. Choradeira à vista.

Na Serra

A situação na regional de Lages é singular. A pasta fica com o DEM, na base e na terra natal do governador, Jurandir Agostini será secretário. Mas os informes vindos de Brasília podem dar a titularidade da secretaria à suplente Carmen Zanotto (PPS).

Tudo depende da decisão do STF prevalecer e o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), ter que cumprir as liminares que indicam que o suplente do partido e não da coligação deverá ser empossado no cargo parlamentar.

Na Serra

O presidente da Assembleia Gelson Merisio disse, ontem, que conversou com Maia por telefone e recebeu a indicação de que, a partir dessa semana, a mesa da Câmara dos Deputados terá que obedecer a determinação do Judiciário.

Até agora, a direção da Câmara mantinha a decisão de empossar o suplente da coligação, o que fez Paulo Bornhausen e João Rodrigues retardarem o retorno ao Estado. Há também o pleito de Gervásio Silva (PSDB) para assumir a cadeira de Marco Tebaldi. Pelo novo critério, uma mudança de regra com o jogo em andamento, os demistas Romanna Remor e Jovino Cardoso Neto podem preparar a roupa para a posse. Valdir Colatto (PMDB) e Gean Loureiro (PMDB) ficariam na mesma posição de Carmen Zanotto.

Tem mais

Em Jaraguá do Sul, em que pese protestos em relação ao nome de Lio Tironi, o PSDB insistirá na indicação de seu nome para comandar a



regional. A prefeitura local é comandada pelo DEM, de Cecilia Konnel.

Tironi foi vereador e já chegou a exercer a prefeitura, na interinidade, em 1998.

O ministro Alexandre Padilha (Saúde) disse a lideranças catarinenses e nacionais da área de enfermagem que ajudará a construir um contato com o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, no dia 24 de fevereiro, para a retomada das negociações para aprovar a jornada de 30 horas semanais da categoria. Padilha recebeu os enfermeiros, entre eles a deputada estadual Ana Paula Lima (PT), no prédio do ministério em São Paulo. Da esquerda para a direita: Silvana Pereira, representante do Conselho Regional de Santa Catarina; Solange Caetano, presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros; Ivone Martini, representante do Conselho Federal de Enfermagem; o ministro Padilha; Odorico Monteiro, secretário de gestão estratégica e participativa do ministério; Ana Paula Lima; Ana Kirchoff, representante da Associação Brasileira de Enfermagem em SC; Emiko Egly, representante da Aben Nacional; e André Segantim, assessor especial do ministério.

No Alto Vale

A regional de Ituporanga, no Alto Vale do Itajaí, pode ter quatro titulares em quatro anos de governo Raimundo Colombo. Um acordo entre o PMDB e o DEM, avalizado pelo deputado federal Rogério “Peninha” Mendonça, o deputado estadual Aldo Schneider e o presidente estadual em exercício do PMDB, João Matos, propiciou a composição pra lá de eleitoral.

Os primeiros dois nomes, do PMDB, já estão acertados: Adelmo Santana, fica com o primeiro ano, e Arno Zimermann, com o segundo. O DEM ainda não divulgou o ou os nomes.

ADENDO

- O DEM indicará os nomes de peemedebistas em Brusque, Rio do Sul e Blumenau. Gesto político que sugere a retribuição do PMDB em Ibirama, por exemplo, campo de batalha acirrada entre o demista Ayres Marchetti e o peemedebista João Matos.

- Prefeito de Araranguá, Mariano Mazzuco Neto (PP), assumiu a presidência da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense.

“O cartaz que a Angela tem lá me deixa à vontade. Todos acham que eu não vou ser tão bom quanto ela.”

ESPERIDIÃO AMIN,
deputado federal (PP), sobre o prestígio que a mulher, que foi deputada federal por duas vezes, tem no Congresso.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 20/2/10
Assunto: Diversos		Página: 12

Onde aperta a demora

As 36 secretarias regionais do governo do Estado volta e meia são questionadas, ora por falta de autonomia, ora por ser uma eterna ameaça de flutuar entre um grande cabide de emprego ou ser um armazém para abrigar futuros candidatos aos mais variados cargos políticos. Do outro lado desta história, prefeituras do Vale do Itajaí viraram símbolos de indignação, mas pela demora de definição dos nomes dos titulares. Ou seja, a protelação tem, sim, consequências nas regiões sob a responsabilidade da estrutura estatal descentralizada.

Enquanto o governador Raimundo Colombo oficializa os convites aos 24 novos secretários das pastas já acertadas, entre os 12 indefinidos está a Secretaria Regional de Timbó, que abrange Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Rodeio. Muitas dessas prefeituras ainda enfrentam as consequências das fortes chuvas de janeiro último e, de forma literal, não sabem a quem recorrer.

Os prefeitos reclamam da ausência do Estado, em que pese a pasta estar sob o comando dos servidores técnicos. A gritaria na realidade, é pela falta da força política, que os mais cétricos não veem nos comandantes das regionais e que as prefeituras precisam para agilizar os pleitos junto ao governo.

Quando o problema não é esse, alguns quilômetros BR-470 acima, a situação de Ibirama é emblemática. Os demistas locais não aceitam o predomínio do PMDB à frente da regional, instalado desde que a secretaria foi criada. O local é base eleitoral do ex-deputado João Matos, presidente em exercício do PMDB, que reivindica a sede como questão de prestígio junto aos seus correligionários. O pessoal do DEM já avisou ao Centro Administrativo que se rebela se Matos emplacar e deixa até o partido.

Se todos os problemas de Colombo fossem simples, não se teria traçado o quadrilátero da discórdia entre os aliados, que passa por Laguna, Caçador, Braço do Norte e Ibirama. Há quem jure que resolvidas estas pendências, o céu seria de brigadeiro para o fechar esta etapa. Bom, em política não podemos desconsiderar que existem batalhas aéreas a todo o momento.

CHUCRUTE COM LEITE

O senador Paulo Bauer (à direita) tem conversado, e cochichado, bastante com proeminentes tucanos no Senado, como o encontro flagrado com Aécio Neves (MG), no intervalo da eleição de Eunício de Oliveira (PMDB-CE) para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Tanta aproximação já fez circular a ideia de que mineiros e catarinenses estariam articulados para defender interesses comuns. Seria a reedição da política café com leite, onde os paulistas cafeeiros estavam em conjunto com os mineiros



produtores de leite. No caso catarinense, daria um problema. A depender da região, mudaria o produto de referência (pirão, polenta, etc). Como Bauer descende de alemães, nasceu em Blumenau e fez carreira política entre Jaraguá do Sul e Joinville, seria plausível batizar de política chucrute com leite.

Em Brasília

O senador Luiz Henrique conseguiu emplacar presença em todas as comissões que solicitou ao PMDB. É titular da poderosa Assuntos Econômicos, das Relações Exteriores e da não menos estratégica Constituição e Justiça.

De quebra, está entre os notáveis da Comissão Especial da Reforma Política. Sinal de que o Palácio do Planalto o corteja e o PMDB o mima.

Decidido

A Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte quer saber como são aplicados os recursos que repassa a eventos nas três áreas. O secretário Cesar Souza Junior determinou que comissões de 10 servidores avaliem o desempenho dos eventos e um sistema de pontuação. Os dados serão determinantes na hora de repetir a destinação do dinheiro público no ano seguinte.

A pasta avaliará, ainda, o desempenho de atletas que ganham bolsas do Estado. O critério recairá sobre o que fizeram em competições. É para evitar que outro atleta com melhores resultados fique sem o apoio governamental.

Parlatório: Esperidião Amin

De volta ao Congresso, e na mesma condição de integrante da base de sustentação do governo, como nas duas vezes anteriores (deputado federal e senador), o deputado federal Esperidião Amin (PP) afirma que está entusiasmado com um novo clima em plenário, e se prepara para participar das comissões de Constituição e Justiça e da Reforma Política.

Há uma atmosfera positiva para a aprovação das reformas?

Esperidião Amin – Eu sinto, realmente, uma energia mais positiva no ar do que nas tentativas anteriores. Nós temos neste momento, no país, uma gestora mais do que uma política. Consequentemente, a preocupação com resultados é maior. Isso me agrada muito porque vem tanto ao encontro de minha formação política quanto à minha formação acadêmica mais recente. O sentimento decorrente das reformas é este: de parte do governo, de parte da sociedade e, por consequência, de parte do Congresso Nacional.

E o retorno ao Congresso na base de sustentação do governo?

Amin – Eu encaro com naturalidade. Especialmente porque conseguimos reunir a bancada. Foi um grande esforço de vários deputados, inclusive de minha parte. Acredito que achamos um fio de convivência, que, me diziam,



não existiu na última legislatura. Eu me sinto muito à vontade porque, a partir do momento que o partido debate, você tem que aceitar o resultado.

O PP está preparado para a recomposição de forças?

Amin – Vai ser objeto da nossa próxima reunião da bancada sobre reforma política. Eu vou participar como representante do partido na comissão que irá debater o assunto. Somos a quarta bancada. Nós temos mais deputados do que o PFL (DEM). E não temos nenhuma crise intestina nas proporções da que assola o PFL.

O PP não teme viver a mesma crise do DEM?

Amin – Eu acho que a situação é completamente diferente. O PFL vive uma disputa interna sob a hegemonia do prefeito de São Paulo (Gilberto Kassab). Toda esta discursão aí é determinada pela posição do Kassab, que quer ir para um partido que o apoie para governador de São Paulo, em um segundo turno contra o Geraldo Alckmin (PSDB). Este partido não pode ser o PFL, porque o PT não o apoiará no segundo turno.

Qual é o problema do PP?

Amin – Não temos nenhum governador, não temos, com exceção de Maceió (AL), nenhum prefeito de Capital. Então, o nosso desafio começa por 2012. Não é que nós queremos todas as capitais, mas nós temos que fazer um mapa de possibilidades, que incluirá as cidades maiores, com mais de 200 mil habitantes. Só ganha se disputar. E para isso tem que ter um programa. Nós precisamos ter alguns Kassabs. O partido tem que transformar a disputa da majoritária numa pregação.

Tem um caminho para isso?

Amin – O nosso desafio tem que se manifestar na postura do partido em relação a problemas nacionais. Só para falar daqueles que giram em redor do Ministério das Cidades: transporte coletivo, saneamento, habitação, indicadores de sustentabilidade, uso da água, segurança. O PP tem que debater não só em termos de reforma política, mas de exemplos administrativos. O Kassab ocupa o espaço do PFL no programa de TV. Por mais discurso que o Jorge Bornhausen tenha, o povão quer saber o que está fazendo. O povo é objetivo. O Fernando Henrique fez o programa do PSDB. Comparou governos. É isso que nos falta.

O PP terá candidato à prefeitura de Florianópolis?

Amin – Eu acho que deve ter. Tenho dito aos que postulam a presidência do diretório de Florianópolis que gostaria que eles fossem candidatos a prefeito. Eu apoio quem queira ser. Existem 20 maneiras de ser candidato a prefeito, esta é uma delas.

□ *“Seja qual for esse destino, a Lei da Ficha Limpa é uma ideia que veio para ficar.”*

RICARDO LEWANDOWSKI, presidente do TSE e ministro do STF, sobre o futuro da norma no Supremo Tribunal Federal que ele considera uma “incógnita”.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 19/2/10
Assunto: Diversos		Página: 8

- Ineditismo no MP

Pela primeira vez, dois promotores de Justiça irão disputar a indicação para a procurador-geral de Justiça, o chefe do Ministério Público Estadual. Cristiane Rosália Martins Böell e Lio Marcos Marin foram os únicos a se inscreverem para compor uma lista que, na prática, deveria ser tríplice. O prazo terminou na última quinta-feira.

Outro ineditismo na sucessão de Gercino Gomes Neto é de que não há procuradores de Justiça inscritos. O presidente da Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), promotor de Justiça Andrei Cunha Amorim, da comarca de Joinville, acredita que a presença dos dois postulantes é um fato circunstancial e afasta a possibilidade de significar um conflito entre os dois graus de jurisdição do MP – há 220 promotores e 50 procuradores na instituição.

Alguns fatos curiosos marcam as carreiras de Böell e Marin. Ambos ingressaram no MP em 1990. Os dois iniciaram as atividades na comarca de Joaçaba e já ocuparam o cargo de secretário-geral do chefe do Ministério Público – Marin, na gestão de José Galvani Alberton (1999-2002), e Böell, na gestão de Gercino Gomes Neto (2007-2010). Experiência não lhes falta.

Gercino foi o primeiro promotor a ocupar a procuradoria-geral, uma emenda constitucional alterou a legislação. Nos bastidores do MP, dizia-se que o desempenho dele à frente da instituição seria determinante para que promotores pudessem alçar ao cargo. A resposta veio agora.

- SECRETÁRIA CATARINENSE

Agricultora familiar que militou na Fetraf-Sul, a catarinense Severine Macedo, de 28 anos, natural de Anita Garibaldi (à direita), foi nomeada por Dilma Rousseff a nova secretária Nacional da Juventude, ligada à Secretaria Geral da Presidência. Severine, que também foi coordenadora nacional da Juventude do PT, teve a indicação comemorada pelo deputado Dirceu Dresch (à esquerda), que também integra a federação de trabalhadores. O parlamentar considera que o ato presidencial é uma vitória do movimento sindical e social. Severine contava com o apoio de 30 entidades ligadas às demandas da juventude.

- O mais votado

É inevitável que em um processo de escolha deste porte exista o componente político, inclusive o partidário. O assunto é tratado de maneira velada no MP. O que se sabe é que, em termos de apoio, o procurador-geral



Gercino Gomes Neto, hoje procurador de Justiça, defende o nome de Cristiane Böell, que o assessorou. Marin teria a simpatia de grupos de oposição ao atual chefe do MP.

O presidente da ACMP disse que a entidade trabalhará para que o mais votado seja escolhido pelo governador. A eleição será dia 18 de março. Um dia antes, a associação promoverá um debate entre os candidatos. Os maiores desafios do futuro procurador-geral estão, de acordo com vários setores, no combate à criminalidade organizada, ampliação do diálogo com outras instituições e na busca do equilíbrio dentro do MP.

- Depois

O governador Raimundo Colombo preferiu oficializar os convites aos integrantes das 24 secretarias regionais já definidas e deve fazer o anúncio via Twitter a partir da semana que vem. Será a conta-gotas, conforme os contatos forem finalizados.

Problema mesmo está nas 12 regionais onde impera a briga dos caciques. O consenso passa longe.

- SCGás (1)

O escritório Farah, Gomes e Silva, que integra a ação em que a contratação da banca pela SCGás é questionada na Justiça, se manifestou sobre o processo, que corre em segredo de Justiça. Segundo o advogado Orlando Silva Neto, sócio do escritório, a contratação se deu por licitação em 1999, e foi vencida em novo certamente em 2002. Informa, ainda que, em 2006, a contratação foi do escritório Silva Neto Advogados e que o MP Estadual não viu irregularidade alguma na nova licitação.

Explica que não há qualquer ilegalidade na contratação por estatais. E afirma que a ação movida na Justiça do Trabalho contra Silva Neto Advogados não obteve sentença favorável e que o valor da indisponibilidade de bens (R\$ 2,5 milhões), fere a lei por não individualizar responsabilidades.

- SCGás (2)

O ex-presidente da SCGás, Ivan Ranzolin, informou à coluna que os atos a que se referem as ações trabalhista e de improbidade ocorreram antes de sua gestão e que ele entrou com recurso no Tribunal de Justiça para não figurar como réu no processo e ter a disponibilidade dos bens restituída. Segundo Ranzolin, ele não manteve os contratos e determinou a contratação dos aprovados em concurso público, pois um dos temas das ações é sobre a contratação de pessoal técnico do setor privado na estatal.

A direção da SCGás informou que todos os contratos firmados com o escritório de advocacia estão dentro da legalidade, tendo sido analisados pelo Ministério Público, OAB e TCE. A coluna corrige uma informação repassada de forma equivocada pela assessoria de imprensa do Ministério



Público do Trabalho de que o ex-presidente da SCGás, Otair Becker, havia falecido. Becker está vivo.

Criticado por não ter vida partidária, o prefeito Dário Berger resolveu que irá mudar esta imagem e participou, ontem, da reunião da executiva municipal do PMDB. Sentado à cabeceira, entre o presidente e vereador Celso Sandrini (à esquerda) e o vereador Gean Loureiro (à direita), Dário empolgou os companheiros de sigla que já acertaram a intensificação dos encontros com a presença do prefeito. A iniciativa faz parte da estratégia de Dário para recuperar o espaço político.

- Preparado

O deputado federal Esperidião Amin (PP) elabora uma Proposta de Emenda Constitucional que prevê que nenhuma política pública, seja por medida provisória ou por projeto parlamentar, venha a ser aprovada sem conter, de forma obrigatória, diagnóstico, objetivos quantificados e avaliação periódica. Amin explica que o conceito está presente na logística, o esforço para produzir leis que funcionem, e que seja na forma, no mérito, na contextualização e na constitucionalidade, eficazes.

Amin estará na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara por indicação do partido e também na comissão da reforma política e se diz pronto para representar o PP e dar suas contribuições.

- Mínimo

Enquanto isso, Amin comemora o fato da única emenda aprovada por unanimidade ao projeto de reajuste do salário mínimo tenha sido de sua autoria. A emenda reforça um dispositivo que está na lei: o monitoramento da cesta básica e cuida do custo daquilo que integra a necessidade básica do trabalhador, segundo os especialistas.

Amin teve o voto favorável de todos os líderes de partidos. E foi cumprimentar os deputados Ivan Valente (PSOL-SP) e Chico Alencar (PSOL-RJ), que tinham as maiores resistências aos valores do mínimo em plenário. Esperidião Amin é o entrevistado da coluna na edição de amanhã.

- *“Se o poder público não encontrar uma solução rápida, a iniciativa privada vai se encarregar disso.”*

ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA,

deputado federal (PMDB), sobre a possibilidade de construção de uma rodovia paralela à BR-470 e ao dizer que será uma “pedra no sapato” da presidente Dilma Rousseff se a rodovia não for duplicada pela União.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: Coluna Cláudio Prisco	Data: 21/02/11
Assunto: Diversos		Página: 18

A MISSÃO DE AGRIPINO

Depois das conversas mantidas com os ex-senadores Jorge Bornhausen e Marco Maciel, o líder Agripino Maia (RN) se reunirá com Raimundo Colombo nos próximos dias. É bem provável que venha ao Estado, justamente para demonstrar o interesse do DEM nacional que o governador permaneça no partido.

Agripino, que será eleito presidente no lugar do deputado Rodrigo Maia (RJ), formulará apelo para que Colombo não deixe a sigla. O temor é de que o prefeito Gilberto Kassab (São Paulo) leve o governador catarinense na nova opção partidária, que deverá ser tornada pública ainda em março.

O senador Agripino Maia também fará contato com o presidente da Assembleia, Gelson Merisio, que exerce forte influência sobre praticamente todos os outros seis deputados liberais, além dos deputados federais Paulo Bornhausen, João Rodrigues e Onofre Agostini.

Se a agenda de Agripino não estiver congestionada, a ideia é procurar ainda os prefeitos João Paulo Kleinübing (Blumenau) e Milton Hobus (Rio do Sul).

O Superior Tribunal de Justiça elevou de R\$ 10 mil para R\$ 100 mil a indenização que o jornalista Gilberto Luiz di Pierro, conhecido como Giba Um, terá de pagar a Lurian Cordeiro Lula da Silva, filha do ex-presidente Lula. O ministro Luis Felipe Salomão considerou a gravidade do dano causado sobre Lurian e o então prefeito de Blumenau, Décio Lima, hoje deputado federal reeleito. O colunista publicou em seu blog notícias as quais, conforme a decisão do ministro, fazem parecer que Lurian foi beneficiada “de forma escusa” em ato de Décio. Na época, início de 2002, Lula se preparava para disputar pela quarta vez a Presidência da República. O advogado de Lurian e Décio foi Ronei Danielli.

Origens

O senador Casildo Maldaner, quando era adolescente, acreditava que tinha vocação para ser padre. Não conseguiu e com 22 anos iniciou a carreira política, como vereador de Modelo, no Oeste do Estado. Mas na família Maldaner, além de padres, há até bispo. Esta foi uma das conversas que o senador teve com dom Murilo Krieger, na última sexta-feira, no jantar de posse da nova diretoria do conselho da Federação das Câmaras de Diretores Lojistas de Santa Catarina.

Manobra

A suplente Carmen Zanotto (PPS) examina a possibilidade de trocar o PPS pelo DEM, antes de sacramentadas as licenças de Paulo Bornhausen e João Rodrigues da Câmara dos Deputados para integrar o colegiado de Raimundo Colombo. Conversas com dirigentes liberais estão em fase adiantada e a expectativa é de que a ex-



secretária possa fazer o anúncio nas próximas horas.

Suplente

Se mudar de sigla, Carmen Zanotto passaria a ser a primeira suplente do DEM na Câmara, prevalecendo a interpretação do Supremo Tribunal Federal de que a substituição é pela via partidária e não da coligação. Preservada a sistemática consagrada ao longo dos tempos, continua como segunda suplente, atrás apenas de Valdir Colatto (PMDB). Pelo partido, assumiriam Carmen Zanotto e Romanna Remor, mas pela polialiança, Colatto e Carmen, considerando a licença de Bornhausen e Rodrigues. Com relação à vaga de Marco Tebaldi, disputam o peemedebista Gean Loureiro e o tucano Gervásio Silva.

CONFRATERNIZAÇÃO

Casildo Maldaner (D) levantou um brinde em homenagem a dom Murilo Krieger, que assume no próximo dia 25 como arcebispo de Salvador e primaz do Brasil. O senador poderá integrar a comitiva a ser liderada pelo governador Raimundo Colombo.

Contraponto

Odacir Zonta (PP) liga para dizer que está tranquilo com relação ao exercício do mandato: “Fui declarado eleito pela Justiça Eleitoral, que me diplomou. E no último dia 1º tomei posse na Câmara. Trata-se de ato jurídico perfeito”, assinalou. Na hipótese de o STF legitimar a reeleição de João Pizzolatti, Odacir Zonta pondera que nova discussão será travada no TRE, já que os votos serão computados, podendo alterar o preenchimento das duas últimas vagas, cujos titulares foram chamados com base nas sobras. O deputado quer dizer que o PT poderia ficar com apenas três parlamentares ou a polialiança com nove.

Sintoma

Enquanto a base governista nada de braçadas, testada na votação do salário mínimo, com maioria folgada, a oposição continua batendo cabeça. Os dois principais partidos que se opõem ao governo Dilma Rousseff estão rachados. A unidade do DEM e do PSDB está em xeque. As duas siglas já andam desnutridas e, divididas, prestam um grande serviço ao PT. Em Santa Catarina, a realidade de tucanos e de liberais é bem diferente da do panorama nacional.

DEFINIÇÃO

Como a convenção nacional do DEM terá chapa única no próximo dia 15, o deputado Paulo Bornhausen resolveu antecipar sua posse na Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável para o dia 1º ou 2 de março.

PROGNÓSTICO

Para Bornhausen, o prefeito Gilberto Kassab já está com um pé fora do partido. São de 30% as chances de reavaliar a situação e permanecer na sigla.



POSIÇÃO

Procurador parlamentar da Câmara, Nelson Marquezelli prepara parecer para apresentar ao STF, defendendo o preenchimento das vagas pelos suplentes da coligação.

FAMÍLIA

O deputado Celso Maldaner cumpriu roteiro no Meio-oeste durante o final de semana, mas reservou a manhã de ontem para prestigiar a posse da esposa, Rosimar Maldaner, como presidente do PMDB de Maravilha.

45



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 20/02/11
Assunto: Diversos		Página: 20

CANAL ABERTO | CLÁUDIO PRISCO

COLOMBO ENTRA EM CAMPO

O acordo firmado nos últimos dias entre as duas correntes rivais do DEM não é garantia de que a unidade liberal está assegurada, até porque o desembarque da principal liderança nacional do partido é questão de tempo. O prefeito Gilberto Kassab (São Paulo) quer disputar a sucessão de Geraldo Alckmin (PSDB) e, abrigado na atual sigla, não apresenta perspectivas eleitorais.

Em Santa Catarina, os sete deputados estaduais do DEM, absolutamente fechados em torno de um projeto único, pressionam Raimundo Colombo a assumir uma postura afirmativa no cenário federal, chamando para si as negociações. Os parlamentares não querem o governador se submetendo às articulações do ex-senador Jorge Konder Bornhausen, de quem é afilhado político.

Os integrantes da bancada liberal têm plena consciência de que Colombo não vai bater de frente com JKB, mas o estimulam a ser mais ousado, insinuando-se no circuito das conversações do eixo Rio-São Paulo-Brasília, com incursões em Minas Gerais e Pernambuco. Em português claro: contatos com governadores, deputados federais, senadores e dirigentes partidários.

Nova oportunidade

A formação de um novo partido parece constituir-se no encaminhamento que mais agrada aos líderes do DEM de SC, mesmo sabendo que o tempo de propaganda de rádio e TV ficaria na sigla de origem. Como a nova legenda serviria apenas para não ficar vulnerável com a Justiça Eleitoral, a fusão com agremiação já estabelecida seria no curto prazo.

Os liberais evitam declarar à luz do dia, mas o sonho dourado é o PSB. Com ou sem reforma política, a ideia é arregimentar lideranças de ponta, sem preocupação com a vertente ideológica, que hoje não representa balizamento para o eleitor fazer sua opção de voto nas urnas. Como, além de Dilma Rousseff ou Lula, apenas outros três nomes despontam no futuro contexto presidencial, Raimundo Colombo não poderia deixar de procurar os governadores Eduardo Campos e Sérgio Cabral, bem como o senador Aécio Neves.

Fato novo



O momento não seria aconselhável para falar em sigla de governo ou oposição, mas de renovação, capaz de provocar fato novo. Aécio, Campos ou Cabral poderiam vislumbrar um salto presidencial, embora os dois governadores também sejam lembrados para compor com Dilma ou Lula em 2014.

Na mesma balada de Beto Richa (Paraná), Raimundo Colombo é visto como novidade no novo cenário, justamente no momento em que uma safra de políticos prepara-se para sair de cena. Atrair líderes do PMDB, PSDB, PP, PTB, PPS e outros partidos poderia levar à montagem de uma sigla robusta, com perspectiva de poder em Brasília e nos Estados, a começar pelos referenciais.

Em SC, por exemplo, partidos como o PP, PPS e PTB não apresentam perspectiva. Logo, a formação de nova sigla poderia reuni-los, assim como liberais, tucanos e peemedebistas em busca de novo viés, sem ranços atrelados ao passado. Apenas os petistas estariam fora de cogitação.

O DEM pode estar caindo pelas tabelas no Brasil, mas em SC esbanja vigor. Além de o partido ter eleito o governador, ficou com sete cadeiras na AL, além de três na Câmara, completando um time com 11 titulares. Diante do flagrante contraste, os liberais não querem ser engolidos por uma crise nacional que contamine a realidade regional. Graças ao poder de articulação do presidente reeleito Gelson Merisio, a bancada do DEM hoje circula com desenvoltura junto às demais.

Mobilidade

Pelo vigor do PMDB, os deputados até alimentam uma compreensível autonomia, embora agora não estejam à frente do governo, depois de dois mandatos em reinado que chegou ao fim. Hoje, os peemedebistas têm o vice (Eduardo Moreira) e são aliados. Com relação aos tucanos, a dependência é indiscutível. Além de não terem nem governador nem vice, o PSDB carece de ramificação. O mesmo se pode dizer do PP, há mais de oito anos na oposição, a pão e água, lutando para sobreviver.

Mais do que aberto, o PP está entusiasmado com o tratamento dispensado pelo governador Raimundo Colombo, que na última quarta-feira voltou a se reunir com os deputados estaduais no Palácio Residencial. No início da semana passada, Raimundo Colombo recebeu o vereador João Amin (Florianópolis), no Centro Administrativo, o que certamente agradou aos pais Esperidião e Angela Amin.

Origem comum

DEM e PP têm tudo para rumarem na mesma direção, alojados em uma sigla comum. Não bastasse o histórico de convergência até 2002, formulam propostas semelhantes, até pela origem comum: o PDS. Os 13 deputados liberais e pepistas se comunicam hoje na AL pelo olhar. Assim como no DEM, a parte mais representativa do PP, enquanto partido, está retratada na mobilização da bancada estadual.



Liberais de longa data, Gelson Merisio (E) e Raimundo Colombo nunca estiveram tão afinados quanto hoje.

Mergulho político

Jovem, eleito no primeiro turno e governador de um Estado tido como grife brasileira (economia diversificada e qualidade de vida), Raimundo Colombo estaria examinando seriamente a possibilidade de conciliar o reconhecimento administrativo em 45 dias de poder com um mergulho político, considerando a fragilidade do DEM e o debate da reforma pelo Congresso.

A circulada do governador não dispensaria contatos na Câmara e no Senado, com líderes consagrados, mas estaria mais focada em quatro personagens: o mineiro Aécio Neves, o carioca Sérgio Cabral, o pernambucano Eduardo Campos, além do paulista e correligionário Gilberto Kassab. Raimundo Colombo já percebeu que a consolidação de sua reeleição, em 2014, tem tudo para passar pela disputa presidencial e o fortalecimento do abrigo partidário, de liberais hoje irrequietos.

HISTÓRIA Como é notório, em meados da década de 50, Nereu Ramos respondeu pela Presidência da República por alguns meses, antes de entregar a faixa a Jucelino Kubitschek.

ACENO Pelo carisma, popularidade e inteligência, Esperidião Amin esteve muito próximo de chegar à vicepresidência. Antes de convidar o mineiro Itamar Franco, o alagoano Fernando Collor sondou Amin, em 1989, quando era tido apenas como um azarão.

OCASIÃO Em 2006, quando José Serra acabou atropelado pelo correligionário Geraldo Alckmin, Jorge Bornhausen já tinha sido mapeado para formar dobradinha com o tucano, que disputou a Presidência em 2002 e 2010.

PARALELO Assim como Vilson Kleinübing na ascensão dos anos 90, interrompida pela morte prematura, Raimundo Colombo pode estar planejando saltos mais arrojados a partir de 2018.

AGES Na eventualidade de uma reeleição, Raimundo Colombo poderia estar de olho na trajetória do conterrâneo Nereu Ramos.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN <i>Joinville</i>	Data: 19/02/11
Assunto: Carteirinha contra caroneiros		Página: 10

TRANSPORTE ESCOLAR
Carteirinha contra caroneiros

Uma ferramenta de controle dos alunos que utilizam o transporte escolar, que deve ser adotada ainda neste ano pela rede de ensino municipal de Joinville, pode ser opção também para escolas estaduais, adianta a Gerência Regional de Educação (Gered). Em abril, a gerência pretende definir se adotará as carteirinhas de identificação para alunos que dependem de ônibus fretados para ir e voltar da escola.

A intenção é impedir o embarque de pessoas não autorizadas a usar os ônibus – o que inclui estudantes fora do horário de aula. Segundo a gerente regional de educação, Clarice Portella de Lima, a medida pode reduzir o aperto enfrentado por alunos como os da escola Olavo Bilac, em Pirabeiraba.

Desde meados de 2010, cerca de cem estudantes são levados no ônibus onde cabem 44 crianças sentadas. Conforme Clarice, a empresa fretada informou que o número de passageiros estava acima do valor coberto pelo convênio. Para ela, uma explicação são os passageiros “penetras”.

A Secretaria Municipal de Educação é responsável pelo contrato dos ônibus. A coordenadora de convênios, Ester Pavesi, informa que cada ônibus pode transportar até 13 passageiros em pé. Segundo ela, o transporte é classificado como rodoviário, não escolar. Ester acredita que a superlotação se deve aos estudantes caroneiros (não cadastrados, mas que usam o ônibus). “Há alunos que moram a menos de 500 metros da escola e usam o transporte.”

Como será na rede municipal

A Secretaria Municipal de Educação vai adotar neste ano carteirinha para oferecer transporte fretado a estudantes. O documento foi testado no ano passado na escola Nilson Bender, no bairro Paranaguamirim.

- No ato da matrícula, o pai declara se precisa ou não do transporte escolar para o filho. É preciso morar a mais de três quilômetros da escola.

- Nos primeiros dias de aula a orientadora educacional da escola acompanha o roteiro do ônibus, verificando os locais de embarque e desembarque dos alunos.

- Cerca de 20 dias após o início do ano letivo, a escola convoca os pais para explicar as regras sobre o transporte.

- Na reunião, é entregue um crachá de identificação para cada aluno beneficiado com o transporte.

- No ato do embarque no ônibus os alunos são obrigados a apresentar o crachá para o motorista.

- Sem crachá, o aluno não pode entrar no ônibus.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 20/2/10
Assunto: Governo Estadual – Cinco nós do funcionalismo		Página: 10 e 11

GOVERNO ESTADUAL

Cinco nós do funcionalismo

O governo paga mal para a maioria dos servidores, mas anda no limite da lei fiscal, o que dificulta a concessão de reajustes lineares. Ao mesmo tempo, convive com disparidades, causadas por leis oportunistas que permitem agregações de gratificações e de salários. Além disso, há o loteamento dos cargos pelos partidos aliados. Desatar estes nós é um dos maiores desafios dos novos governantes.

Penduricalhos nos salários

As vantagens incorporadas aos cargos efetivos contribuem para tornar a folha pesada demais. Os secretários da Fazenda e Administração, Ubiratan Rezende e Milton Martini, reconhecem que há dificuldade de fazer a revisão da legislação de pessoal para corrigir distorções nas remunerações.

Nas secretarias, há casos de trabalhadores concursados que ganham R\$ 14 mil, quase o salário do governador, só porque a legislação permite as chamadas agregações.

O servidor passa no concurso com um salário, mas acumula o valor e outros benefícios quando muda de função. Essas vantagens extraordinárias, que algumas categorias conseguiram manipulando a legislação e pressionando a Assembleia Legislativa, é apontada como a matriz do problema do funcionalismo estadual.

– Foram sendo gratificações e penduricalhos por categoria, o que virou uma colcha de retalhos. A gente não consegue dar um aumento linear. Isso dificulta muito estabelecer uma política salarial – diz Martini.

Além disso, o período de incerteza em relação ao desempenho da arrecadação, inibe iniciativas de reajustes.

– A questão da remuneração salarial é da reforma de 1990. Temos o triênio e as promoções, mas, independentemente de qualquer movimento, se o governo não fizer nada (reajuste/contratações), a folha cresce mais de 4% ao ano. Em um período de instabilidade econômica, é um índice muito alto, o que dificulta a reposição salarial – afirma o secretário da Administração.

Disparidades entre categorias

As secretarias da Educação, Saúde e Segurança Pública são as estruturas com a maior quantidade de servidores – efetivos e comissionados. Mas a liderança não se sustenta no ranking dos órgãos com melhor remuneração.



Os melhores salários estão na Procuradoria Geral do Estado e nas secretarias da Administração e Fazenda.

O professor de administração pública da Esag/Udesc Leonardo Secchi explica que para melhorar a qualidade dos serviços públicos, é preciso remunerar melhor os profissionais. E que o governo deve administrar na lógica “de fazer mais com menos recursos”.

– Se queremos melhor a educação, por exemplo, temos que oferecer um salário mais atrativo ao professor. Tem que ter política salarial para atrair e manter a remuneração. O governo precisa ter capacidade de gestão e remunerar melhor a base – diz o especialista.

Secchi explica que há algumas situações no funcionalismo público que privilegiam o aumento salarial no setor administrativo, pois o número de profissionais é menor e, conseqüentemente, o impacto na folha também:

– Os profissionais que trabalham com a prestação de serviços básicos, em escolas e na segurança, por exemplo, representam grandes categorias profissionais, mas têm remuneração baixa. Um reajuste para eles tem impacto grande na folha. Por outro lado, as atividades-meio, que têm salário bom, abrangem menos gente. E eles têm mais facilidade de ter reajuste porque o impacto é menor – explica.

Sem atrativos a especialistas

A Secretaria da Administração identifica dificuldade para contratação de profissionais com mestrado ou doutorado para exercer funções estratégicas no governo. O problema, segundo o diagnóstico oficial, está no valor do salário inicial, inferior ao do mercado de trabalho na iniciativa privada. Além disso, o limite de endividamento da folha de pessoal não permite ao Executivo oferecer uma remuneração maior.

Para qualificar o corpo técnico, o governo acaba contratando aposentados com títulos de especialização para cargos de gerência e salários iniciais de

R\$ 1,3 mil a R\$ 2.570,62. Dessa forma, o profissional acumula as duas rendas.

Além disso, existe o recurso das gratificações, usado para engordar os contracheques. Elas vão de R\$ 1 mil a R\$ 1,4 mil, sem benefícios com alimentação e diárias.

– O problema é que não é possível estabelecer uma política de cargos e salários. Cada estrutura acaba utilizando gratificações para atrair os profissionais – diz o secretário Milton Martini.

Cargos como moeda de troca

São 1.457 comissionados. Para ocupar uma dessas vagas, em geral, é preciso ter um padrinho político.



Segundo o professor Leonardo Secchi, da Esag/Udesc, os cargos comissionados são vistos como forma de barganha política. Por isso, a lógica de expandir o número de comissionados para acomodar os aliados.

– O número de comissionados é reflexo do nosso sistema político, multipartidário. Quando um partido ganha a eleição, tem que acomodar um monte de gente no governo. O custo político é muito grande para os partidos. Eles têm que ter os cargos comissionados como moeda de troca – diz.

Há estruturas no governo, como a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina (Agesan), que são tocadas apenas por comissionados e com diretorias ocupadas por políticos sem mandato, como Sérgio Grandó e Içuriti Pereira. A indicação garante R\$ 9 mil por mês a cada um dos cinco diretores.

No raio X do governo (ver gráfico), o maior número de comissionados não está nas secretarias de Saúde, Educação e Segurança, que prestam os serviços essenciais, mas nos órgãos administrativos, onde também estão os melhores salários da folha.

As estruturas com mais de 50% do pessoal com comissionados são a Secretaria de Comunicação, gabinete do vice-governador e Secretaria de Articulação Internacional. Nas regionais, proporcionalmente existem mais comissionados nas secretarias menores, como as de Quilombo, Timbó e Taió.

– Os partidos precisam dos cargos comissionados. Porque se não puderem trazer os assessores de fora para trabalhar na administração pública, os políticos não conseguem ter os cabos eleitorais. É ruim, mas tem uma legislação que permite isso – raciocina Secchi.

Uma folha que está no limite

O governo catarinense gasta 58% do Orçamento com o pagamento dos salários dos servidores. A despesa coloca o Estado à beira de ultrapassar o limite legal de despesas com pessoal e acende a luz amarela.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Santa Catarina já passou do limite prudencial de gastos com pessoal – que é de 57% – e se não controlar as despesas vai superar o máximo de 60%. Apesar de ter passado do índice previsto na lei, o Executivo afirma que os 58% estão dentro da meta de ajuste fiscal acordado entre Secretaria da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional.

O “inchaço” na folha é resultado do descontrole em contratações e da concessão de reajustes ao funcionalismo. Ao longo dos anos, os governadores foram realizando reformas administrativas, que criaram novas secretarias, com quadro de pessoal e orçamentos próprios. Hoje, são mais de 90.930 mil servidores públicos na ativa, sendo que 65.417 efetivos.



O secretário da Administração, Milton Martini, afirma que o crescimento nas contratações é resultado da demanda por mais estrutura, principalmente nos serviços básicos, como saúde e segurança. E que o quadro atual, no limite orçamentário, dificulta admissões para áreas que, realmente, precisam de mais gente.

– Diria que dá para prestar um bom serviço com a atual estrutura que o governo tem, no ponto de vista quantitativo. Mas sempre há demanda por mais estrutura – diz o secretário.

Na opinião do professor Leonardo Secchi, contratar mais pessoas não significa, necessariamente, conseguir melhorar a prestação de serviços. Ele afirma que as contratações precisam estar focadas no atendimento dos serviços essenciais.



CLIPPING

Veiculo: CONSED	Editoria: Notícias	Data: 19/02/11
Assunto: Prêmio Gestão Escolar		Página: online

Prêmio Gestão Escolar tem novidades em 2011

Escrito por Vivian Danielle Silva

Qua, 19 de Janeiro de 2011 16:48

O **Prêmio Gestão Escolar**, conhecido como um dos mais relevantes instrumentos de mobilização e auto-avaliação das escolas públicas brasileiras, completa 12 anos cheio de novidades. A primeira delas é o valor da premiação, que este ano dobrou para a escola que será classificada como “Referência em Gestão Escolar – Destaque Brasil” e passou para o montante de R\$ 30 mil. As seis escolas finalistas ganharão agora R\$ 10 mil. E as escolas selecionadas como “Destakes Estaduais” ganharão R\$ 6 mil.

O prêmio é organizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed em parceria com várias entidades que apoiam o fomento da Educação no Brasil, com o objetivo de valorizar as escolas públicas que se destacam pela gestão competente e por iniciativas e experiências inovadoras na melhoria da aprendizagem dos alunos; e por estimular o desenvolvimento da gestão democrática na escola.

Os diretores selecionados como “Lideranças em Gestão Escolar – Destaques Estaduais” terão ainda a oportunidade de participar da viagem de intercâmbio para conhecer o sistema educacional dos Estados Unidos. “Acredito que esse é o ápice da premiação, porque dá a oportunidade para os diretores brasileiros trocarem experiências e conhecimentos com diretores de um país de primeiro mundo”, salienta a secretária-executiva do Consed, Nilce Rosa da Costa.

Inscrições – Podem participar do Prêmio, que abrirá as inscrições no próximo mês de fevereiro, escolas de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e/ou ensino médio) das redes públicas estaduais e municipais. As inscrições são feitas por meio do Manual do Prêmio Gestão Escolar entregue pelas Secretarias de Educação dos estados e municípios; e, a partir deste ano, também estará disponível para download no site do Consed em breve.

“Temos uma expectativa grande, tanto como em relação ao aumento do número de inscrições quanto à qualidade das escolas que serão selecionadas este ano”, destaca Nilce Rosa da Costa, secretária-executiva do Consed, ao comentar as melhorias do Prêmio.

Para aperfeiçoar as estratégias de divulgação, foi estipulado também a necessidade da adesão formal das Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios ao Prêmio. “A partir de agora vamos trabalhar ainda mais em conjunto com os secretários de educação e com os colaboradores das secretarias”, enfatiza Nilce Rosa da Costa.



Comitê de Governança – A criação do comitê responsável por gerenciar a implementação do Prêmio é outra boa notícia. Novos parceiros passam a integrar a equipe que já apoia o Prêmio desde a sua criação e a compor o Comitê de Governança juntamente com o Consed: UNDIME, Fundação Roberto Marinho, Embaixada Americana, Fundação Itaú Social, Unesco, Movimento Brasil Competitivo, Instituto Razão Social, Ministério da Educação, Gerdau, GOL Grupo e Todos Pela Educação.

Histórico

Prêmio	Gestão	Escolar
<i>Desde a sua primeira edição, em 1998,</i>	<i>Escolas</i>	<i>foram:</i>
<i>23.521</i>	<i>-</i>	<i>inscritas</i>
<i>659</i>	<i>-</i>	<i>Escolas</i>
<i>60 - Escolas finalistas</i>		<i>selecionadas</i>